

RELATÓRIO  
DE CONSULTORIA

REUNIÕES PREPARATÓRIAS PARA A  
OFICINA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE  
TRABALHO PARA O  
PLANO DE GESTÃO-FASE I

PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR  
NÚCLEO PICINGUABA

SMA/IF/KFW

UBATUBA, SP  
ABRIL, 1997

## 1.1. Antecedentes

Os Planos de Gestão- Fase I dos Parques estaduais inseridos na Mata Atlântica vem sendo elaborados através do emprego de um processo participativo com todos os interessados além do pessoal técnico e administrativo das Unidades de Conservação. Em alguns casos, principalmente naqueles em que a problemática a ser trabalhada apresenta-se mais complexa ou quando o nível de conflitos é maior, este processo de planejamento é realizado em duas fases distintas: uma primeira que envolve uma série de reuniões preparatórias de natureza temática, para as quais são convidados todos que tiverem interesse em discutir os temas específicos, e uma segunda, que se caracteriza como uma oficina típica de planejamento e que se baseia nos levantamentos anteriormente executados nas reuniões preparatórias.

No caso do Núcleo Picinguaba, as reuniões preparatórias foram divididas em duas séries complementares. Na primeira série, da qual trata o presente relatório, foi realizado um levantamento de problemas para cada um dos temas previamente definidos, seguido da apresentação de possíveis soluções para a problemática e de um levantamento de parceiros que possam atuar conjuntamente na busca das soluções propostas.

A partir desta primeira série de reuniões, a memória das discussões dos diferentes grupos deverá ser colocada à disposição dos representantes de cada grupo para cada tema para que seja discutida conjuntamente com outros membros da comunidade e sociedade como um todo. Numa segunda série de reuniões, os representantes dos grupos de cada tema trabalhado deverão reavaliar as propostas e buscar identificar aquelas passíveis de serem atendidas diretamente pelo projeto, as que poderão ser apoiadas e/ou articuladas pelo projeto junto a parceiros específicos e, ainda, aquelas que podem ser resolvidas pelo esforço da própria comunidade. Certamente, nem todas as propostas apresentadas poderão ser objeto de execução pelo projeto do Parque. Esta discussão e a priorização do que poderá ser trabalhado, articulado ou negociado deverá ocorrer nessa segunda série de reuniões.

Só após esta segunda série, serão escolhidos os representantes que deverão participar da Oficina de planejamento do Plano de trabalho.

Para o Núcleo Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar, ficou estabelecido que esta primeira série de reuniões se processaria em 3 dias de trabalho intensivo, abordando 6 temas básicos como especificados adiante.

A consultoria teve por objetivo moderar essas reuniões preparatórias que devem gerar subsídios para embasar os trabalhos de preparação do Plano de Gestão - Fase I a se realizar num futuro próximo.

Os trabalhos foram realizados no período de 28 a 30 de abril de 1997, e ocorreram no auditório da Escola Anchieta em Ubatuba, SP.

A participação das comunidades de dentro do Parque, assim como da sociedade civil, foi considerável demonstrando o interesse e esforço da direção do Parque em divulgar o evento e atrair os participantes para a discussão conjunta. Funcionários do Parque e seu Diretor, representantes da Secretaria de Meio Ambiente (Instituto Florestal, Fundação Florestal, etc), do IBAMA, do DPRN, da Prefeitura Municipal, de agentes de turismo, de ONG's, das

Universidades e Institutos de Pesquisa, das escolas locais, das comunidades e sociedade civil de Associações de Bairro, entre outros, participaram deste evento.

O produto final destas reuniões preparatórias se traduz neste relatório e na reprodução dos painéis elaborados por cada um dos grupos temáticos e deverá servir de base para a segunda série de reuniões preparatórias.

O presente relatório descreve brevemente o *processo geral de trabalho*, a *documentação de todos os painéis* elaborados pelos participantes além de apresentar algumas sugestões e comentários da moderação. A organização do evento esteve a cargo da direção do Parque.

## 1.2. Temas discutidos na Reunião

Os temas que nortearam os trabalhos da reunião foram:

- . *integração Parque-entorno e desenvolvimento sustentável*
- . *ocupação humana e regularização fundiária,*
- . *uso público do Parque: ecoturismo e educação ambiental*
- . *gestão e infra-estrutura do Parque*
- . *proteção e fiscalização*
- . *conservação, recuperação e pesquisa*

O Painel referente ao programa dos dias de trabalho encontra-se no **Anexo 1 - Painel 01.**

## 2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

### 2.1. Tema: Integração Parque-entorno e desenvolvimento sustentável

O início dos trabalhos ocorreu com o tema acima e contou com a participação de 54 pessoas, na maioria representantes das comunidades e da sociedade civil local conforme a *lista de participantes* no **Anexo 2.**

A abertura do evento ocorreu pelo Dr. Luiz Roberto Camargo Numa de Oliveira - Diretor do Núcleo Picinguaba, que fez um relato minucioso e completo das etapas de planejamento, da natureza do projeto, buscando dirimir as dúvidas iniciais dos participantes e fornecendo explicações sobre o projeto, ressaltando a importância da participação de todos os presentes no processo que ora se inicia.

Dado ao grande número de presentes, para este primeiro tema foram formados seis grupos de trabalho e cada um, através de um "brainstorming" (tempestade de idéias), elaborou um painel contendo as seguintes informações:

1. *Situação presente*

- levantamento dos problemas mais relevantes sobre o tema

2. *Visão do futuro*

- possíveis soluções para a problemática levantada
- possíveis parceiros (atores envolvidos)

Apenas dois dos seis grupos procuraram e lograram organizar as idéias em tópicos associando-as às possíveis soluções. Os demais, apenas listaram os problemas e as soluções, sem organizá-los ou agrupá-los para facilitar a leitura e identificação de seus pares.

O que mais chamou atenção nesta primeira tarefa foi a necessidade das pessoas em colocar toda a problemática em discussão, independente de se estava ou não relacionada com o tema em discussão, ou seja, com a *integração entre o Parque e o entorno e o desenvolvimento sustentável*. Com isto, muitos dos problemas que deveria surgir e ser discutidos nos temas subsequentes foram abordados já no primeiro momento. Certamente, eles deverão ser resgatados nas próximas discussões e integrados aos próximos painéis mais específicos para as demais questões.

Questões como a *regularização fundiária, ocupação do solo, pesquisa, fiscalização, conservação, educação ambiental e ecoturismo* também foram agraciadas nos levantamentos executados sobre a integração com o entorno, o que não deixa de ter sua lógica.

Além disto, muitas das questões levantadas dizem respeito a ações que, embora necessárias e desejáveis, não estão dentro da governabilidade do projeto ou do Parque, como as questões de saneamento básico, saúde, educação formal, etc. A priorização a ser feita na próxima série de reuniões deverá cuidar para que essas ações fiquem claramente identificadas a fim de que não sejam criadas expectativas que o Parque (projeto) não possa vir a cumprir.

Foi bastante óbvia a preocupação das comunidades caiçaras com o destino que lhes é reservado dentro do Parque e com as possibilidades de que venham a ter alternativas de subsistência, desenvolvimento e geração de renda. Nos levantamentos de problemas ficaram evidentes as "proibições" decorrentes das restrições legais quanto à caça, exploração de madeira para artesanato, construção de canoas e construção ou reforma de casas no interior do Parque. Também foi apontado, de forma bastante evidente, o distanciamento entre a administração do Núcleo, a Prefeitura e as comunidades, gerando todo um clima de desconfiança e insatisfação. Com relação à infra-estrutura local os pontos mais criticados foram a dificuldade de acesso, pela precariedade ou inexistência de estradas, a inexistência de energia elétrica em algumas localidades, a precariedade do ensino e a insuficiência de escolas públicas de 1º e 2º graus, as dificuldades de realizar atividades agrícolas, a ineficiência e deficiência dos serviços de saúde e a impossibilidade, até agora, em conseguir autorização por parte do Parque para a implantação de rede de energia. Similarmente, foram feitas reclamações quanto à inexistência de telefones, água e esgoto. Isso mostra, numa primeira análise a dificuldade das comunidades em distinguir ações que podem ser realizadas pela

administração do Parque daquelas que são de competência de outros órgãos públicos, sejam estaduais ou municipais (Prefeitura, SABESP, CESP, etc.).

Ainda dentro deste item, os presentes abordaram a questão da fiscalização tanto pelos guardas-parque como pela Polícia florestal, considerando-as como autoritárias e intimidadoras. Apesar da ampla gama de problemas levantados, mesmo quando fora do tema proposto, o diagnóstico realizado foi importante para as comunidades presentes por representar um ponto de partida para que sejam ouvidos em suas reivindicações.

Ao final do trabalho, cada grupo escolheu três representantes que deverão participar da segunda série de preparatórias.

Os Painéis 02 do Anexo I reproduzem os trabalhos realizados pelos grupos.

## 2.2. Tema: Ocupação humana e regularização fundiária

Muito deste tema já havia sido discutido no primeiro período. Mesmo assim, os grupos foram orientados para resgatar algumas idéias mais abrangentes antes levantadas e recolocá-las nos painéis referentes a este tema. Uma leitura rápida dos painéis produzidos mostra que cada grupo teve um entendimento um pouco diferente do tema, abordando-o de forma distinta. Alguns discutiram extensivamente a questão da regularização fundiária, procurando se interar dos processos referentes à titulação de suas terras e outros detalhes. Outros se preocuparam mais com as questões do uso do solo e das possibilidades de desenvolvimento.

O trabalho contou com a participação de 52 pessoas e se realizou de forma mais organizada do que pela manhã. Também foram formados 6 grupos para discussão e ao final foram retirados 3 representantes de cada grupo para a próxima rodada de reuniões preparatórias. A representação dos painéis produzidos pelos grupos encontra-se no Anexo 1, Painel 03.

Paralelamente a esta reunião temática, ocorreu uma reunião mais específica com os procuradores do estado, o diretor do Parque e o coordenador dos planos de gestão para discutir problemas mais específicos sobre a regularização fundiária. Uma síntese desta reunião encontra-se no Painel 03A do Anexo 1.

## 2.3. Tema: Uso público do Parque - ecoturismo e educação ambiental

A reunião contou com a participação de 34 pessoas, número inferior ao do dia anterior devido a maior especificidade do tema. Isto não alterou o nível dos resultados que foi bastante bom. Os presentes estiveram bastante envolvidos com o trabalho demonstrando o interesse de todos na solução das questões levantadas.

Com relação aos trabalhos realizados no dia anterior houve uma mudança de tática na realização da tarefa. Como o número de participantes era menor, foi possível fazer um trabalho mais detalhado com a elaboração de uma *matriz analítica*, que consistiu num *diagnóstico da situação presente* seguido de um *prognóstico sobre a visão do futuro*. Para elaboração da matriz analítica foram considerados os seguintes itens:

### 1. Situação presente

- . levantamento dos problemas mais relevantes
- . identificação de suas causas mais imediatas
- . identificação das conseqüências dos problemas

### 2. Visão do futuro

- . possíveis soluções para a problemática levantada
- . obstáculos que possam impedir o êxito das soluções propostas e que estão fora da governabilidade do projeto
- . possíveis parceiros (atores envolvidos)

Neste caso, foram formados três sub-grupos, todos trabalhando os dois aspectos do tema proposto. O resultado foi bastante interessante, uma vez que os participantes por terem abordado o tema sob pontos de vista distintos, acabaram por produzir painéis diferentes porém complementares nos seus respectivos conteúdos.

As questões de educação ambiental foram abordadas, de maneira geral, integradas às questões do ecoturismo embora nem sempre estejam restritas a este. A maior dúvida que se percebeu durante as discussões foi em relação a como o Parque pode ajudar nas atividades de apoio ao ecoturismo desenvolvidas ou que possam vir a ser desenvolvidas pelas próprias comunidades locais.

Neste terceiro trabalho, os participantes conseguiram escolher melhor os problemas em relação ao que ocorreu nas etapas anteriores quando os problemas escolhidos foram muitos, porém pouco abrangentes.

Os resultados encontram-se reproduzidos no Painel 04 do Anexo 1.

## 2.4. Tema: Gestão e infra-estrutura do Parque

Para a discussão deste tema compareceram 27 pessoas que trabalharam a *matriz analítica* em dois sub-grupos. Ao início, foi feita uma solicitação para que um dos grupos se preocupasse mais com a gestão e infra-estrutura do Parque em si, enquanto que o outro deveria analisar melhor as inter-relações entre a gestão e a comunidade e/ou sociedade civil como um todo. Esta análise é de grande importância para estabelecer uma melhor comunicação entre as partes e, conseqüentemente, um melhor relacionamento entre elas.

O leque de soluções propostas foi muito interessante e retrata um amadurecimento dos grupos na seleção e organização das idéias.

O resultado dos dois trabalhos encontra-se no Anexo 1 - Painel 05.

## 2.5. Tema: Proteção e Fiscalização

A reunião sobre o tema acima contou com a participação de 36 pessoas que foram subdivididas em três grupos de trabalho. Como já havia sido evidenciado no primeiro dia, em todos os grupos foi comentada a ineficiência e/ou deficiência de fiscalização, por um lado, e a postura inadequada dos fiscais (guardas-parque) por outro. Causas como a extensão a ser fiscalizada, a falta de normas claras, o conflito entre diferentes legislações (Estado, Município e União), o desconhecimento da população sobre o que pode ou não fazer, entre outros, foram enfatizadas nos três painéis. Algumas denúncias sobre abusos de autoridade também foram apontadas. Muito se falou sobre o despreparo dos guarda-parque para exercerem atividade fiscalizadora, tendo sido apontada como solução a capacitação de todos os funcionários envolvidos neste tipo de atividade, além da prestação de esclarecimentos à população.

O Painel 06 do Anexo 1 representa o trabalho realizado pelos grupos.

## 2.6. Tema: Recuperação, conservação e pesquisa

Este foi o último tema debatido nesta série de reuniões temáticas desta primeira rodada preparatória. Estiveram presentes 37 pessoas que trabalharam em dois sub-grupos. Dois aspectos ficaram bastante evidentes como problemas discutidos: a existência de áreas degradadas no Parque e a insuficiência de pesquisas para embasar os trabalhos de conservação e recuperação das áreas degradadas. A necessidade de se fazer o zoneamento do Parque com base científica foi bastante discutida. Para isto, a pesquisa se torna uma ferramenta indispensável. Uma maior aproximação do Parque com as Universidades e Institutos de Pesquisa se faz necessária, assim como a facilitação para a realização de pesquisas dentro da Unidade, principalmente naqueles casos de pesquisa aplicada às necessidades locais ou necessárias para a caracterização da área e dos recursos naturais ou sobre os aspectos sócio-culturais das populações envolvidas. Também foi mencionada a necessidade de realização de pesquisas visando o desenvolvimento sustentável da região e das populações (agricultura orgânica, manejo sustentável de palmito, caxeta, guapuruvú, fauna silvestre, plantas ornamentais e medicinais, etc).

O resultado deste trabalho constituiu o Painel 07 do Anexo 1.

# 3. CONCLUSÕES, AVALIAÇÃO E SUGESTÕES

## 3.1. Condições de Trabalho

- As condições para a realização dos trabalhos, tanto em grupos como em plenária, foram boas. O espaço mostrou-se suficiente e a utilização do espaço externo (jardim) para o trabalho de grupo foi bastante positivo, porque propiciou às pessoas uma boa descontração. Tanto a iluminação como a ventilação do local não apresentaram problemas. Apenas, a acústica deixou um pouco a desejar.

- . A organização do evento foi impecável e a afluência de público nas reuniões reflete o esforço da direção do Parque quanto à divulgação do evento, motivação e incentivo para a participação das comunidades e sociedade local.
- . Quanto às condições de hotelaria, estas foram muito boas, nada havendo a comentar.
- . Os trabalhos de digitação foram executados dentro dos limites de tempo esperados sem qualquer problema.

## 3.2. Desempenho do grupo

### 3.2.1. Participação

Como já referido anteriormente, a participação da comunidade foi excelente. Porém, nos surpreendeu a ausência da Polícia Florestal, uma vez que ela tem um papel fundamental nas ações fiscalizadoras.

Foi sentida a falta de uma maior participação de pesquisadores e técnicos para discutir a questão da conservação e recuperação que envolve a pesquisa, assim como foi observada a pouca participação dos interessados em ecoturismo, como as operadoras de ecoturismo.

### 3.2.2. Integração

A integração entre as pessoas presentes foi bastante boa, embora, pontualmente, tenham sido observados alguns conflitos de interesse. Da parte desta moderadora, houve uma excelente integração com as pessoas presentes.

### 3.2.3. Comprometimento do grupo com a metodologia e resultados

Dada a intensa participação dos grupos nos trabalhos, pode-se dizer que todos estiveram francamente comprometidos com a metodologia, procurando colocar suas idéias, dúvidas e sugestões para a solução dos problemas comuns. Foi bastante evidente o crescimento do grupo ao longo dos trabalhos, não apenas na compreensão do método mas também na estruturação lógica das idéias e no direcionamento das questões.

## 3.3. Sugestões para continuação do processo

É importante, que os representantes escolhidos a partir dos diferentes temas procurem no intervalo entre este trabalho e a realização da segunda rodada de reuniões preparatórias debater com a sociedade civil e as comunidades os resultados alcançados, colhendo subsídios para a definição e priorização de ações.

Ubatuba, 02 de maio de 1997

Walkyria Moraes

Consultora



**TRABALHOS DE GRUPO**  
**ANEXO 1**

PROGRAMA DA OFICINA

Painel 01



	9:00 - 10:30	10:45 - 12:05	14:00 - 15:30	15:45 - 18:00
SEGUNDA FEIRA	<p>-INTEGRAÇÃO PARQUE-ENTORNO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Levantamento de Problemas</li> <li>* Possíveis soluções</li> <li>* Possíveis parceiros</li> </ul>	- ENCERRAMENTO	<p>- OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Levantamento de problemas</li> <li>* Visão futura: possíveis soluções</li> <li>* Possíveis parceiros</li> </ul>	- ENCERRAMENTO
TERÇA FEIRA	<p>-USO PÚBLICO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Problemas, Causas e Consequências</li> <li>* Possíveis soluções</li> <li>* Possíveis parceiros</li> </ul>	- ENCERRAMENTO	<p>-GESTÃO E INFRA-ESTRUTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Problemas, Causas e Consequências</li> <li>* Possíveis soluções</li> <li>* Possíveis parceiros</li> </ul>	- ENCERRAMENTO
QUARTA FEIRA	<p>- PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Problemas, Causas e Consequências</li> <li>* Possíveis soluções</li> <li>* Possíveis parceiros</li> </ul>	- ENCERRAMENTO	<p>- CONSERVAÇÃO, RECUPE- RAÇÃO E PESQUISA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Situação atual: problemas, causas e consequências,</li> <li>* Visão futura: possíveis soluções</li> </ul>	- ENCERRAMENTO

REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO - FASE I  
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (Núcleo Picinguaba)

PAINEL 2

Enfoque: INTEGRAÇÃO PARQUE - ENTORNO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

GRUPO 1

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrada e ponte precárias</li> <li>- Falta escolas - 5ª à 8ª série, supletivo, mobral</li> <li>- Não poder fazer lavoura</li> <li>- Impedimentos para a construção</li> <li>- Impedimento para retirar material para artesanato</li> <li>- Ausência de luz elétrica (energia)</li> <li>- Utilização inadequada da praia: quiosques, campistas</li> <li>- Falta trabalho</li> <li>- Falta condições para pesca</li> <li>- Saúde precária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização da pesca/ artesanato (cooperativas)</li> <li>- Câmara fria</li> <li>- Alternativas para melhorar/ complementar a pesca (cultivo de mariscos, ostras, etc.)</li> <li>- Área reservada para lavoura</li> <li>- Organização dos quiosques e proibição de camping na praia</li> <li>- Criar infra-estrutura na praia (banheiro) e fiscalização</li> <li>- Organizar turismo para levantar recursos para a comunidade Ex.: camping comunitário</li> <li>- Arrumar estradas e pontes</li> <li>- Instalar luz</li> <li>- Instalar telefone</li> <li>- Organizar artesões e possibilitar a retirada do material</li> <li>- Melhorar e aumentar frequência do atendimento médico (ambulância)</li> <li>- Possibilitar que os moradores locais possam construir para continuar lá</li> <li>- Melhorar escola e incluir 5ª à 8ª série, supletivo e mobral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituto de Pesca</li> <li>- Casa da agricultura</li> <li>- Obras COMTUR</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Secretaria da Agricultura</li> <li>- Secretaria da Educação</li> <li>- Secretaria da Saúde</li> <li>- Secretária do Meio Ambiente</li> <li>- Associação amigos do Camburi</li> <li>- Instituto Agrônômico (Horto)</li> <li>- CESP</li> <li>- TELESP</li> <li>- Secretaria de Educação do Estado</li> </ul>

REPRESENTANTES DO GRUPO 1

- ( Zé ) José Firmino Soares
- Juraci Oliveira Santiago
- Esaias Soares

Enfoque: INTEGRAÇÃO PARQUE - ENTORNO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

GRUPO 2

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estrada ruim no Camburi</li> <li>- Sobrevivência muito dificultada depois da entrada da SMA</li> <li>- Falta ponte no Camburi</li> <li>- Parque não deixa as pessoas trabalharem</li> <li>- Falta telefonia, posto médico e mais atenção</li> <li>- Falta de luz elétrica</li> <li>- Falta de telefone</li> <li>- Parque não deixa pessoal trabalhar com as pedras ( pedreiras)</li> <li>- Não pode caçar pescar e plantar</li> <li>- Não pode cortar madeira para uso dos caixaras</li> <li>- Falta de locomoção</li> <li>- Falta de presença da Prefeitura na área</li> <li>- Estradas ruins para os bananais dificultam a venda</li> <li>- Atendimento a saúde ruim</li> <li>- Sobrevivência das comunidades que vivem dentro do Núcleo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhor funcionamento do posto de saúde</li> <li>- Designação de áreas para roça (Ubatumirim)</li> <li>- Grupo para conversar na Prefeitura</li> <li>- Sem a união ninguém pode fazer nada</li> <li>- Liberar as pedreiras para poder criar mais empregos para o bairro e cidade</li> <li>- Estrada já asfaltada, mas apresenta buracos. Tapar os buracos para não causar mais dano</li> <li>- Mudar limite do Parque: moradores na várzea, Parque no morro</li> <li>- Concessão de uso do governo para moradores da várzea</li> <li>- Indenização de áreas</li> <li>- Tirar Parque do Camburi para trabalhar (plantar/ criar)</li> <li>- Educação da comunidade para uso dos recursos naturais</li> <li>- Salda das áreas de risco para ir para a várzea</li> <li>- Regras especiais para moradores para uso dos recursos naturais</li> <li>- Colocar um telefone público em local mais perto para comunicação do bairro</li> <li>- Exploração do turismo, pesca e agricultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escoteiros (criar grupos)</li> <li>- Associação de moradores</li> <li>- Universidades</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- SENAC</li> <li>- Secretaria da Agricultura</li> <li>- Secretaria da Saúde</li> </ul>

## REPRESENTANTES DO GRUPO 2

- Ingles
- Roberto
- Zé Roberto
- Jorge

### Enfoque: INTEGRAÇÃO PARQUE - ENTORNO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

#### Levantamento de problemas

- Falta de investimentos / Crédito para a comunidade exercer atividades rentáveis preservacionistas
- Falta integração do Governo do Estado através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente com a comunidade do nosso Município
- Problema de legislação inadequada
- Falta de trabalho
- Turismo desorganizado
- Falta de apoio ao artesanato
- Impossibilidade de viver da agricultura
- Poucas áreas para plantação
- Diminuição da atividade pesqueira
- Falta de incentivo às festas populares
- Envolvimento dos moradores locais em atividades de sustento
- Ex: barracas de praia
- Formação profissional para atividades sustentáveis dentro da área ambiental
- Posto de saúde ativado a cada 15 dias (Camburi)
- Fiscalização do meio ambiente repressora
- Estradas em más condições
- Falta de luz (Camburi)

#### Possíveis soluções

- Dar este recurso Alemão - Brasileiro para a comunidade fazer a preservação
- Criação de sítios caiçaras dentro do PSM (reserva caiçara)
- Elaboração de legislação adequando a preservação e a comunidades - com igual poder: Gov. Estadual, Gov. Municipal, Sociedade Civil
- Adequação da legislação ambiental, regularização fundiária, apoio técnico, viabilização da comercialização ( produtos)
- Projeto de turismo que integre necessidade de moradores locais e turistas
- Fiscalização dos grandes pesqueiros
- Incentivo à pesca artesanal
- Regulamentar essa atividade dando prioridade à comunidade caiçara em estabelecer
- Estudo das áreas de coleta do material para artesanato
- Viabilização de um turismo adequado aos moradores e ao ambiente
- Transporte para o pessoal trabalhar fora do bairro
- Resgate e incentivo as festas populares
- Curso de formação e capacitação
- Atendimento contínuo
- Comunidade viver de atividade de preservação
- Investimento na comunidade
- Arrumar estradas de acesso aos bairros rurais
- Colocar luz

## REPRESENTANTES DO GRUPO 3

- Fernando Soares
- Candice Mansomo
- André Nunes

#### Possíveis parceiros

- Secretaria Estadual de Meio Ambiente
- Banco KJW
- Associação de moradores
- Prefeitura
- SMA- SP
- Universidades
- COMTUR/ EMBRATUR
- Prefeitura
- Associação de bairro
- Secretaria do Meio Ambiente
- Associação de moradores
- Universidades
- Gov. do Estado
- Gov. do Município
- Sociedade Civil
- Casa do artesanato de Ubatuba
- Artesões
- FUNDART
- SENAI
- Sociedade civil
- Estado / Município
- Secretaria da Saúde
- Comunidade
- Governo Estadual
- Governo Municipal
- Sociedade Civil
- Prefeitura
- Governo Estadual
- SMA
- CESP
- Secretaria do Meio Ambiente
- Prefeitura

## GRUPO 3

## Enfoque: INTEGRAÇÃO PARQUE-ENTORNO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

GRUPO 4 13

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Áreas pequenas são degradadas para agricultura comercial e subsistência</li> <li>- Falta de apoio técnico na agricultura e pesca</li> <li>- Falta de pesquisas voltadas ao manejo da floresta (palmito, caixeta, medicinais, ornamentais, etc.)</li> <li>- Falta de plano de conservação de recursos marinhos</li> <li>- Proibição de marinas e hotéis</li> <li>- Falta estrutura para ecoturismo no Parque</li> <li>- Proibição de fazer roçado</li> <li>- Desconhecimento dos recursos marinhos do entorno</li> <li>- Extração de palmito proibida</li> <li>- Extração irregular de palmito (falta de fiscalização)</li> <li>- Pesca nos rios proibida</li> <li>- Extração de plantas ornamentais e medicinais</li> <li>- Extração de caixeta proibida</li> <li>- Questão da pesca artesanal (proibição em determinadas áreas)</li> <li>- Insuficiência de equipamentos para proteção/ fiscalização</li> <li>- Falta de capacitação profissional fiscal/ proteção</li> <li>- Muita legislação incidente em áreas de Parque e entorno</li> <li>- Caça em áreas indígenas (invasores)</li> <li>- Invasão do Parque para plantar eucaliptos e pinhos</li> <li>- Favelização</li> <li>- Emigração com ocupação de áreas de forma descontrolada</li> <li>- Tratamento e falta de água</li> <li>- Escolas: nível educação de adultos e crianças</li> <li>- Esgotos clandestinos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura auto-sustentável como a da pupunha</li> <li>- Pesquisa aplicada ao manejo dos recursos da mata</li> <li>- Regulamentação de projetos para captação de verba</li> <li>- Pesquisas aplicadas aos recursos marinhos / costeiros</li> <li>- Planejamento do ecoturismo sustentável</li> <li>- Regulamentação de espaços para construção de hotéis</li> <li>- Alternativas de subsistência para as populações locais que não vivem com a conservação</li> <li>- Extensão rural e pesqueira</li> <li>- Aumento do quadro técnico para orientação técnica e legal</li> <li>- Maior interação de estudos acadêmicos com comunidades locais</li> <li>- Educação ambiental</li> <li>- Incentivos a projetos de maricultura</li> <li>- Divulgação de pesquisas técnicas - científicas</li> <li>- Melhoria de equipamentos e capacitação de pessoal</li> <li>- Planejamento de núcleos humanos</li> <li>- Saneamento básico</li> <li>- Implantação de abastecimento de sistema de água</li> <li>- Planejamento de uso do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agências locais</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- ONG's</li> <li>- Estado</li> <li>- SABESP (tratamento de esgoto)</li> <li>- Comunidade local</li> <li>- Associações</li> <li>- Universidade</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- INPE</li> <li>- Organizações governamentais e não governamentais (nacionais e internacionais)</li> </ul>

### REPRESENTANTES DO GRUPO 4

- *Patrícia Cunningham (tel.: (011) 572-6964)*
- *Sebastião Benedito de Oliveira*
- *Marcos ou Altino / Deisy*

## Enfoque: INTEGRAÇÃO PARQUE - ENTORNO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

GRUPO 5

### Levantamento de problemas

- Sobrevivência dentro do Parque dificultada
- Desmatamentos
- Construções irregulares
- Especulação imobiliária
- Falta de emprego
- Infra-estrutura básica para moradores do Parque (não tem)
- Saúde da população do Parque (falta)
- Reforma das casas não autorizada
- Privilégios de alguns
- Definição de projetos dentro do Parque sem consulta da população local (ex.: fiscalização)
- Vigilância autoritária pelos funcionários do Parque
- Não há acesso às moradias
- Não tem luz na região norte
- Condução dentro do Parque (falta)
- Creches do Parque e entorno (falta)
- Dificuldades criadas em áreas de Parques dificultando a chegada de melhoramentos básicos (água, luz, saneamento, condução)
- Deficiência da rede pública no tocante às escolas situadas no Parque (educação)
- Falta de emprego para quem reside no Parque
- Projeto escola de biologia marinha sem discussão com a população da região norte
- Meios de comunicação como telefone convencional e torre para celular na região norte
- Porto para desembarque dos pescadores (Picinguaba)
- Favelas de migração descontrolada pelo município, conflitando com a idéia de preservação da Mata Atlântica
- Falta de atividades econômicas no Parque para geração de empregos
- Dificuldades para manutenção e ampliação de moradias dentro do Parque
- Falta de apoio à cultura caiçara
- Não há definição de competência (Prefeitura ou Parque ?) para resolver problemas de infra-estrutura (luz, água, esgoto, transporte, saúde, escolas)
- Não existe luminárias nas ruas
- Existência de lixo na região norte
- Estrada sem condições de tráfego na região norte
- Falta de educação ambiental junto as populações moradoras do Parque para resolver problema do lixo
- Utilização da área do Parque para fins de ecoturismo desenvolvida por agências do município
- Pescaria artesanal dificultada dentro da área do Parque

### Possíveis soluções

- Exploração controlada com mão-de-obra local dos pontos de interesse turístico (praias, ilhas, cachoeiras)
- Moradias projetos de habitação a serem implantados no entorno
- Criação de um setor no Parque para ouvir as reivindicações e sugestões dos munícipes permanentemente
- Integração e interação com o plano diretor da PM
- Cultivo de plantas medicinais no entorno
- Programa de educação ambiental
- Interação com leis municipais
- Comercialização (controlada) de plantas ornamentais
- Para ecoturismo: definição de uma taxa para o ingresso no Parque e curso de formação de monitores aberto a todos os munícipes
- Utilizar as roças (moradores) ou integrando-os na pesca
- Menos burocracia para atender a reivindicação de moradores para resolver os seus problemas
- Maior integração do Parque com a Prefeitura na divulgação do ecoturismo em Ubatuba/ mudança da imagem do município
- Maior facilitação das autoridades e responsáveis pelo Parque no tocante à chegada de benfeitorias básicas nos vilarejos locais (luz, água, estradas, comércio)
- Aprimoramento da atividade pesqueira para os moradores do Parque (cooperativa, fábrica de gelo, portos para desembarque, legalização trabalhista)
- Aprimoramento de escolas no Parque (condições atípicas no acompanhamento das regras gerais)
- Turismo no Parque: planejamento e execução
- Coleta de lixo seletiva dentro e fora do Parque

### Possíveis parceiros

- Associação de moradores da região norte
- Prefeitura
- Governos Municipais, Estadual e Federal devidamente integrados
- Impresas privadas
- Parceria com proprietários de áreas situadas no Parque visando o aproveitamento possível, evitando-se o pagamento de indenizações
- Parceria com a Associação de Ecoturismo de Ubatuba (em criação) com o Parque
- Parceria para construir chalés para turismo ( Parque + Proprietário)
- Fortalecimento (se necessário criação) das Associações de bairros dos diversos vilarejos do Parque
- Construir quiosques em parceria com moradores ou associação

### REPRESENTANTES DO GRUPO 5

- Ana Maria Morales (Ecoturismo - Ubatuba)
- José Julio Barbosa ( Praia do Félix representando a S.A.F.E.)

## Enfoque: INTEGRAÇÃO PARQUE - ENTORNO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

GRUPO 6

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem a residência, mas não pode residir, sob alegação de loteamento irregular</li> <li>- Morador não-caiçara quer continuar no Parque</li> <li>- Não-desapropriação dos proprietários dentro do Parque</li> <li>- Impossibilidade de manutenção do imóvel (construído e não construído)</li> <li>- Falta de normalização para obras e ocupação em diferentes áreas do Parque</li> <li>- Caiçara com residência na região não tem direito de moradia</li> <li>- Permissão de ocupação e construção (dentro e no entorno) para os "ricos" diferente dos outros</li> <li>- Impossibilidades de manutenção e melhoria de ranchos de pesca</li> <li>- Legislação conflitante</li> <li>- População não esclarecida em relação à legislação</li> <li>- Excesso de rigidez na aplicação das leis (queima de redes)</li> <li>- Educação ambiental dentro do Parque e nas escolas, inadequada ou ineficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quem já está tem o direito de permanecer na instalação do Parque</li> <li>- Zona de ocupação somente para o caiçara</li> <li>- Exclusão da cota 0 (planice) como área do Parque</li> <li>- Manutenção da Planice dentro do Parque</li> <li>- Exclusão da vila de Picinguaba</li> <li>- Desapropriação e terras ou permissão de atividades compatíveis</li> <li>- Criar uma zona de ocupação permitida dentro do Parque (com restrições)</li> <li>- Desapropriação dos pequenos e expropriação dos grandes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Financiamentos / internacionais / governo Estadual e Federal</li> <li>- Programa estadual de gerenciamento costeiro / Prefeitura - Parque</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de organização da comunidade residente no Parque</li> <li>- Comunidade residente não é integrada com a administração do Parque</li> <li>- Dificuldade de sobrevivência para os residentes, que não desenvolvem atividades econômicas</li> <li>- Introdução de capivara transformada em praga agrícola</li> <li>- Estímulo inadequado e/ou insuficiente para o manejo sustentado dos recursos naturais e florestas no entorno</li> <li>- O caiçara não pode plantar ou construir</li> <li>- Abandono de propriedade por não poder explorar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conciliação das regras de ocupação da Prefeitura e Estado (Parque)</li> <li>- Maior educação ambiental para os residentes do Parque e entorno</li> <li>- Maiores investimentos em educação</li> <li>- Reuniões de explicações, discussão e participação nas comunidades do Parque e entorno</li> <li>- Capacitação de guardas e vigias com educação adequadas/ menor ação punitiva</li> <li>- Diálogo do Parque com as associações e incentivo à organização</li> <li>- Criação de um conselho com representantes das comunidades e administração do Parque</li> <li>- Estimular/ autorizar e financiar atividades comerciais e turísticas compatíveis com o Parque</li> <li>- Projeto de desenvolvimento do Camburi/ comunidade isolada</li> <li>- Normalização de atividades o mais rápido possível</li> <li>- Maior divulgação do Parque como atrativo ecoturístico</li> <li>- Estimular projetos de assistência técnica à agricultura (diagnóstico do potencial)</li> <li>- Ampliação do uso de áreas agrícolas</li> <li>- Projetos de estímulo ao uso sustentado da floresta e recursos naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura / Secretaria da Educação / Escolas / ONG's / TAMAR</li> <li>- Secretaria Municipal de educação/ Turista / Comunidade / governo Federal / Universidades / Colônia de pescadores</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há saneamento básico, energia elétrica, e posto de saúde contínuo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular/ autorizar e financiar atividades comerciais e turísticas compatíveis com o Parque</li> <li>- Projeto de desenvolvimento do Camburi/ comunidade isolada</li> <li>- Normalização de atividades o mais rápido possível</li> <li>- Maior divulgação do Parque como atrativo ecoturístico</li> <li>- Estimular projetos de assistência técnica à agricultura (diagnóstico do potencial)</li> <li>- Ampliação do uso de áreas agrícolas</li> <li>- Projetos de estímulo ao uso sustentado da floresta e recursos naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parque / Comunidade / Associações e Prefeitura</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Risco de ocupação excessiva ou inadequada (sem áreas verdes, etc.) no entorno comprometendo, por exemplo, circulação da fauna</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular/ autorizar e financiar atividades comerciais e turísticas compatíveis com o Parque</li> <li>- Projeto de desenvolvimento do Camburi/ comunidade isolada</li> <li>- Normalização de atividades o mais rápido possível</li> <li>- Maior divulgação do Parque como atrativo ecoturístico</li> <li>- Estimular projetos de assistência técnica à agricultura (diagnóstico do potencial)</li> <li>- Ampliação do uso de áreas agrícolas</li> <li>- Projetos de estímulo ao uso sustentado da floresta e recursos naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parque / Prefeitura / Associação comercial / Mídia / Empresários/ Câmara Municipal/ Secretaria do Meio Ambiente do Estado / Secretaria da Agricultura/ Instituto de Pesca/ Órgãos internacionais de cooperação / KFW/ Embratur / Colônia de Pesca</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Invasões e favelização das áreas do Parque</li> <li>- Existência de loteamentos clandestinos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Normas de urbanização</li> <li>- Autorização para instalação de luz e saneamento básico</li> <li>- Melhoria da coleta de lixo</li> <li>- Integração do planejamento urbano com o Parque, criação de áreas "tampão"</li> <li>- Implantação do macrozoneamento para Estado Gerco</li> <li>- Desapropriação ou permissão de atividades compatíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CETESB/ CESP/ Prefeitura / SABESP/ TELESP</li> <li>- Prefeitura / Colônia/ Parque / Ger. Cost./ proprietários do entorno/ Instituto de pesca</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado / Fundações/ Iniciativa privada/ Governo federal/ ITESP/ SMA</li> </ul>

### REPRESENTANTES DO GRUPO 6

- Epifânio / Jonas

- Jaime/ Agenor

## REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO - FASE I DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (Núcleo Picinguaba)

PAINEL 3

16

### Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA

GRUPO 1

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta informação para os moradores</li> <li>- Falta integração com os moradores do Parque</li> <li>- Instabilidade nas decisões do uso da área</li> <li>- Crescimento desordenado da vila</li> <li>- Falta atuação sintonizada entre órgãos e governo (Estadual / Municipal)</li> <li>- Parque protege latifundiário e não o nativo</li> <li>- Nativo não pode nada, proprietário posseiro pode</li> <li>- Proposta do Parque para mudar para praia não leva em conta existência de área na praia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Buscar mecanismos para garantir propostas daqui</li> <li>- Criação de normas para o Parque com participação popular</li> <li>- Conselho com representantes eleitos de cada comunidade</li> <li>- Participação da comunidade na administração do Parque (deliberativo)</li> <li>- Parque também deve proteger a aldeia indígena</li> <li>- Mapeamento de problemas fundiários (uso do solo)</li> <li>- Zoneamento com consideração de especificidades</li> <li>- Reforma fundiária para pessoas dentro do Parque</li> <li>- Permissão de uso e construção de parte da área para proprietários</li> <li>- Taxação de uso do solo para pessoas de fora com dinheiro</li> <li>- Incentivo financeiro para quem preserva parte da área</li> <li>- Revisão dos limites do Parque ( P. Fazenda, Vila de Picinguaba ) cota 100m</li> <li>- Indenização e desapropriação legal</li> <li>- Não ter distinção, morador ou não</li> <li>- Trabalho de educação ambiental p/ permanente preservação e homem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura</li> <li>- TELES P</li> <li>- SABESP</li> <li>- CESP</li> <li>- Comunidade (associações)</li> <li>- Defesa civil</li> <li>- Parque</li> <li>- SUCEN</li> <li>- Escolas Estaduais e Municipais</li> <li>- Pesquisadores</li> <li>- IBAMA</li> <li>- FUNAI</li> <li>- Convênio ITESP/ IF/ PGE</li> </ul>

#### REPRESENTANTES DO GRUPO 1

- Zezão - *Cunho da paciência*
- Joel - *Camburi (comunitario)*
- Jorge - *(445-1146) P. Vermelha*

### Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA

GRUPO 2

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Invasão do estado ilegalmente em propriedades particulares forçando a desocupação (progresso)</li> <li>- Abuso de autoridades dos policiais no Parque</li> <li>- Não poder plantar, não poder derrubar vegetação, não poder construir ou reformar</li> <li>- Estradas do Cambucá alagam causando desapropriações</li> <li>- Turistas no fim de semana causam degradação, falta de definições fundiárias das áreas costeiras</li> <li>- Descumprimento da legislação pelo Parque - implantação da sede desmatando</li> <li>- Exploração econômica (lanchonete, camping)</li> <li>- Caça ilegal nas terras indígenas</li> <li>- Falta de mudas para reflorestamento</li> <li>- Falta de saneamento: coleta de lixo (só na temporada), tratamento de esgoto</li> <li>- Falta de energia elétrica para não desmatar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entendimento entre diretoria do Parque e moradores</li> <li>- Conscientizar moradores e os mesmos seriam fiscais da ecologia</li> <li>- Critérios e regras para a cultura e subsistência caiçara</li> <li>- Esclarecer a questão e responsáveis</li> <li>- Orientação e fiscalização da SMA/ Parque / Comunidade</li> <li>- Levantamento e definição das propriedades</li> <li>- Direitos iguais para ambas as partes</li> <li>- Fiscalização integrada com o Parque</li> <li>- Viveiros de mudas para população reflorestar (espécies nativas)</li> <li>- Coleta semanal de lixo : solução para esgoto na área rural</li> <li>- Rede subterrânea de energia elétrica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade de moradores</li> <li>- Secretaria de Meio Ambiente</li> <li>- Escolas Municipais e Estaduais</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- SPU</li> <li>- ITESP</li> <li>- Parque</li> <li>- Instituto Florestal</li> <li>- Comunidade caiçara</li> <li>- Polícia Florestal</li> <li>- Comunidade Indígena</li> <li>- SAA/ IAC - Horto</li> <li>- CETESB</li> <li>- SABESP</li> <li>- Universidades</li> <li>- CESP</li> </ul>



**REPRESENTANTES DO GRUPO 2**

- Francisco Assunção
- Enrique Moreira
- Milton Ramos

**Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA**

**GRUPO 3**

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moradores antigos sem documentação da terra</li> <li>- Caseiro usado para obtenção do usocapião</li> <li>- Invasão de terras do Parque por falta de fiscalização</li> <li>- Falta de identificação dos proprietários da área</li> <li>- Parque não demarcado</li> <li>- Falta de regularização fundiária / indenização ou permissão de uso</li> <li>- Moradores vendem a terra por não terem opção de renda</li> <li>- Despejo da família do Sr. Genésio no Camburi</li> <li>- Especulação imobiliária no interior do Parque</li> <li>- Falta de clareza em relação à construção de casas</li> <li>- Áreas boas para ocupação humana na mão de grandes proprietários (interior do Parque)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cambucá: comunidade ser consultada para aplicar necessidades básicas e ampliação da estrada</li> <li>- Cambucá: modificar traçado da estrada para não atrapalhar moradores</li> <li>- Incentivar a criação de guardas-Parque pela própria comunidade</li> <li>- Não permitir invasões</li> <li>- Zoneamento para definir áreas para ocupação humana</li> <li>- Desapropriação de áreas e reassentamento de moradores</li> <li>- Demarcar e divulgar as áreas do Parque</li> <li>- Regularização fundiária do Parque</li> <li>- Apoio jurídico para os moradores</li> <li>- Integrar o trabalho do macrozoneamento e gerenciamento costeiro</li> <li>- Cadastramento da ocupação das terras e seus moradores</li> <li>- Normalizar construções para moradores</li> <li>- Criar uma comissão para orientar e resolver problemas fundiários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação de moradores</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Associação comercial</li> <li>- Instituto de Pesca</li> <li>- BNDES</li> <li>- ONG's</li> <li>- OAB</li> <li>- INPE</li> <li>- SABESP</li> <li>- CETESB</li> <li>- CESP</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Supervalorização de avaliações sem defesa eficiente do Estado</li> <li>- Pouca oferta de emprego para moradores</li> <li>- Embargo de obras tira "ganha pão" dos moradores</li> <li>- Demora nas autorizações de construção</li> <li>- Esgotamento do solo nas áreas permanentemente cultivadas</li> <li>- Área deixada para descanso não pode mais ser cultivada ; foi multada e embargada</li> <li>- Inexistência de infra-estrutura básica nas áreas ocupadas</li> <li>- Melhoria da estrada Cambucá vai "invadir" áreas já ocupadas (com casas inclusive)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desapropriar grandes proprietários do Camburi e reassentar moradores dos morros</li> <li>- Fechar a usina nuclear</li> <li>- Permitir construções (de moradores) que geram renda</li> <li>- Apoio técnico para agricultura pesca e turismo</li> <li>- Incentivo à maricultura</li> <li>- Incentivar e facilitar a comercialização da produção</li> <li>- Organização do turismo para gerar renda para a comunidade</li> <li>- Apoio par artesanato (técnico e para confecção)</li> <li>- Implantação de viveiro para recuperação de áreas, geração de renda</li> <li>- Instalação de Infra-estrutura nos locais onde há moradores tradicionais</li> <li>- Normalizar o uso da terra pelos moradores para plantio</li> <li>- Criar uma reserva de pesca e maricultura para moradores</li> <li>- Tribunal especial para questões agrárias (para agilizar processos)</li> <li>- SABESP: iniciar obra em Picinguaba e implantar saneamento básico</li> <li>- Definir modelos para construção em harmonia com meio ambiente</li> <li>- O Parque dar condições para o morador poder sobreviver no Parque</li> <li>- Cobrar da SABESP não só abastecimento mas também saneamento</li> </ul>	

**REPRESENTANTES DO GRUPO 3**

- Isaias Soares - Camburi (caixa postal 218)
- Jairo - Maranduba (432-1803)
- Eneide - Cambucá

## *Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA*

### **Levantamento de problemas**

- Falta de entendimento entre dois órgãos Estaduais e Municipais
- Falta de água e não autorização do Parque para captação
- Falta de saneamento básico (água - esgoto) e energia elétrica
  
- Normas do Parque como fator de dificuldade para ocupação urbana
- Falta de plano de ocupação do solo
  
- Forma de implantação do Parque sem consulta às comunidades locais (planejamento)
- Concepções diferentes dos direitos
- Divulgação insuficiente das normas e dificuldade de acesso
- Falta de entendimento entre os órgãos fiscalizadores e normalizadores e as comunidades locais
- Elaboração das normas sem levar em consideração as diferentes realidades locais
- Morosidade dos processos de automação
- Grilagem das terras da comunidade local
- Insegurança de permanência por falta de título
- Conflito entre quem ocupa a terra e quem tem ou obtém título
- Proibição de uso de material para construção de canoa, remo, etc. para pesca artesanal

### **Possíveis soluções**

- Repensar as leis do Parque incluindo o "homem" (com suas necessidades básicas)
- Autorização do Parque e implantação de infra-estrutura e saneamento básico (água, luz, esgoto, etc.)
- Permitir o desenvolvimento planejado em benefício das comunidades locais
- Campanhas educativas para instalação do saneamento básico
- Avaliação das normas do Parque, juntamente com as comunidades, com modificações e criações de leis que favorecem as comunidades locais
- Desenvolvimento ordenado como forma de ocupação e permanência do povo local
- Aproveitamento das comunidades locais para trabalhar no próprio Parque
- Intercâmbio permanente
- Serviço de apoio e informação às comunidades locais
  
- Apoio técnico para medir as terras e orientação para regulamentação
- "Juizado de pequenas causas" para soluções rápidas para problemas de terra
- Fornecer outros meios para construção de canoas, etc

## *GRUPO 4*

### **Possíveis parceiros**

- Universidades
- Iniciativa privada
- ONG's
- Prefeituras
- Governo Estadual
- Governo Federal

### *REPRESENTANTES DO GRUPO 4*

- Roberto - Camburi
- Antônio - Camburi
- Meneguetti - Punguaba

### Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA

GRUPO 5

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
- O Estado se apossa das terras	- Revisão/ mudança na legislação de Parques	- Associação de moradores
- Aumento da criminalidade	- Indenização das áreas	- FUNDART
- Perda da identidade cultural	- Policiamento e fiscalização	- CATI
- Especulação de terras expulsa o caiçara de suas áreas	- Opções de trabalho	- Secretaria de agricultura
- Falta de infra-estrutura (luz, estrada, água, etc.)	Projeto e ações para resgate da cultura caiçara	- Órgãos públicos
- Falta de opções de trabalho	- Opção de trabalho para os moradores	
- Proibição do corte do palmito	- Orientação jurídica	
- Falta de incentivo para as comunidades das áreas do Parque	- Fiscalização mais rigorosas nos cartórios	
- Dificuldade de regularizar as posses	- Fornecimento de energia elétrica, água e saneamento básico	
- Conflito entre os fiscais do Parque e os moradores	- Telefones, conservação de estradas, serviço de correio	
	- Opção de trabalho para os moradores	
	- Regulamentar o corte do palmito	
	- Implantação do cultivo da pupunha	
	- Linhas de financiamento para atividades sustentadas	
	- Incentivar o ecoturismo	
	- Simplificação da burocracia	
	- Melhorar o treinamento dos fiscais	
	- Operações da Polícia Militar Florestal sempre acompanhada com fiscais do Parque	

#### REPRESENTANTES DO GRUPO 5

- Maria Odila
- Manoel dos Santos
- Valéria C. Gelli

### Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA

GRUPO 6

Levantamento de problemas	Possíveis soluções	Possíveis parceiros
- Impossibilidade de trabalho	- Estudos de alternativas para a agricultura	- Estado
- Impossibilidade de agricultura	- Estudo do manejo do palmito nativo	- Prefeituras
- Falta de área para desenvolver atividades tradicionais de subsistência	- Estudo da capacidade de suporte das áreas de coleta para artesanato	- Universidades
- Estrada (falta)	- Projeto para melhoria da estrada	- Associação de moradores
- Falta de transporte no Camburi e Sertão	- Que a comunidade assuma a fiscalização da área	- Banco do Brasil
- Impossibilidade de pesca : falta de pescado e luz para conservação do peixe	- Elaboração de projetos específicos e com financiamento para manejo da mata	- Sociedade civil
- Abuso de autoridades na fiscalização da área	- Elaboração de "pousadas caiçaras ambientais" administradas pelas famílias	- Secretaria do Meio Ambiente
- Falta de trabalho leva os moradores a venderem suas terras		- Associações de bairro
- Turismo desorganizado: ocupação da praia, falta de estrutura (poluição), ocupação dos acessos		- SABESP
- Falta de energia elétrica		

**Enfoque: OCUPAÇÃO HUMANA E QUESTÃO FUNDIÁRIA**

**GRUPO 6 (continuação)**

20

**Levantamento de problemas**

- Saneamento, não existe
- Poluição das águas devido ao turismo desorganizado
- Posto de saúde com pouco atendimento no Camburi
- Falta de alternativas de lazer, esporte e cultura
- Educação: inexistência de pré-escola e alfabetização para adultos
- Dificuldade de comunicação: Telefone rural / rádio-amador
- População dispersa na área
- Falta de normas e critérios para construção
- Proibição de construções : a comunidade morando em instalações impróprias
  
- Conflito de terras
- Sobreposição de títulos

**Possíveis soluções**

- Financiamentos a longo prazo e com juros baixos/ ou sem, para viabilizar as pousadas
- Formação de guias locais para monitorar as trilhas
- Planejamento do turismo para o Camburi
- Elaboração de um programa de turismo para Ubaluba
- Melhoria da captação de água controle de acesso às nascentes
- Telefone, ambulância e funcionamento permanente do posto de saúde
- Escolas de artesanato para jovens e crianças administradas pelos artesãos
- Centro cultural no bairro
- Implantação de um núcleo de alfabetização de adultos e supletivo 1º grau
- Implantação de pré-escolas nos bairros
- Planejamento de ocupação do bairro com a definição de zonas para moradia, roças, manejo da floresta para uso comunitário
- Criação de normas específicas para as construções caiçaras
- Convênio I.F./ ITESP/ PGA
- Cadastro das ocupações dentro do Parque
- Desapropriação dessas áreas para uso-fruto da comunidade- reserva caiçara

**Possíveis parceiros**

- Secretaria de Educação (do Município e do Estado)
- Secretaria de Saúde (do Município e do Estado)
- Conselho de Saúde
- TELESP
- FUNDART
- Casa do Artesão de Ubatuba
- Secretaria da Justiça

**REPRESENTANTES DO GRUPO 6**

- *Juliano do Amaral Damaceno - Recanto do Simão - Ass. Camburi*
- *Rosemary do Nascimento - Ass. Camburi*
- *Paulo de Assunção - Sertão da Fazenda (974-9039)*

QUESTÃO FUNDIÁRIA

Permissão de algumas atividades para evitar ações de desapropriação indireta

Negociação dos proprietários para permitir algum uso em troca de doação de terra ao Parque

A legislação de criação do Parque deixa de valer após 20 anos ???

Legislação de restrições continuarão valendo

Tribunais estão concedendo desapropriação indireta para tombamento

Zonamento permitindo algumas atividades em algum lugar

Reforma dos conceitos, da institucionalização, da legislação permitindo restrições de uso sem ter domínio e propriedade

PGE Grupo Executivo Coord. Pedro Ubiratan

- Homogeneizar procedimentos
- Melhoria (melhor capacidade)

- Existe contato SJDC/ SMA/ PGE, ao nível de gabinete para rediscutir as "indiretas"
- Hoje, necessidade de grupo técnico para analisar as possibilidades de uso para balizar avaliações de desapropriações

SMA tem comissão para grupo técnico (acima), o qual é necessário

Necessidade de iniciar discriminatórias, priorizando essas áreas do Parque

Demanda da PGE para pareceres sobre as restrições existentes (para evitar "indiretas")

Organizar relacionamento entre SMA, PGE e MP para melhor comunicação e estabelecimento de prioridades

Assistentes técnicos não recebem e não são da região e nem fazem vistorias

Necessidade de mais procuradores para questões específicas

ITESP já tem mosaico completo das áreas fundiárias

SMA aceitar dar laudos de vistoria

Apoio do governo para ter uma equipe mínima para apoiar as ações contra as "indiretas", equipe técnica e jurídica

Necessidade de condições (escritório, equipe, etc) para a procuradoria nas regionais

Handwritten mark

REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO - FASE I  
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (Núcleo Picinguaba)

Enfoque: ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

GRUPO 1

Levantamento de problemas	IMAGENS DO PRESENTE		Possíveis soluções para os problemas	VISÃO DO FUTURO	
	Identificação das causas	Identificação das consequências		Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
- Limitações operacionais do Parque da agenda	- Dificuldade de comunicação - Insuficiência de guias	- Baixo índice de visitação - Menos oferta de emprego	- Credenciamento de monitores que não são funcionários - Investimento em equipamentos - Diálogo entre o Parque e pool de operadores	- Regulamentação inadequada - Não oferta de curso de monitores de ecoturismo - Falta sistema de telefonia rural	- SENAC - Escola de turismo da Prefeitura - Operadoras de turismo - Comunidade local
- Carros degradam a praia	- Trânsito e estacionamento na praia - Estacionamento na praia é a única opção - Única via de acesso à moradias e camping	- Riscos de acidentes na praia - Degradação ambiental - Desconforto do visitante	- Convênio com a prefeitura para criação de estacionamento - Regulamentação quanto ao acesso à praia (de carro)	- Falta de regulamentação para estacionamento	- Prefeitura - COMTUR
- Poucas opções de visitação controlada	- Poucas trilhas demarcadas	- Degradação das trilhas em uso - Menor índice de visitação	- Utilização de trilhas em áreas privadas - Formas alternativas de operação nas trilhas	- Recursos humanos e estrutura deficiente - Situação fundiária (não domínio do Estado)	- ONG's - Hoteleiros - Proprietários - Prefeitura - Operadoras - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Estadual de Educação
- Parque pouco atuante em educação ambiental na comunidade e nas escolas do entorno	- Recursos humanos e estrutura deficientes - Prioridades para ações punitivas (não educativas) - Dificuldade de relacionamento do Parque com a comunidade	- Má imagem do Parque na comunidade - Consciência ambiental na comunidade mal formada (principalmente em relação ao Parque)	- Retomada de cursos do Parque para professores e escolas dos municípios - Retomar "Cinema no Parque", ampliando para filmar Parque e entorno - Eventos com comunidades em datas comemorativas	- Conflito de interesses - Rigidez da legislação ambiental vigente - Escolas e professores desinteressados e com dificuldades (Por exemplo: transporte)	- ONG's - FUNPART - Associação de moradores
- Parque: Núcleo não tem autonomia administrativa	- Legislação não adequada - Parque estar na administração direta	- Morosidade administrativa - Desânimo - Não reinvestimento das receitas no Parque/ Núcleo	- Fundo municipal de apoio ao Parque núcleo - Transferência do Parque para outra forma/ instância de administração	Regime Jurídico da administração do Estado	- Sociedade civil - Deputados - Comunidade - Prefeituras - ONG's
- Demanda maior que ofertas de camas, principalmente em certas épocas	- Concentração da visitação em certas épocas - Estrutura insuficiente	- Menor visitação (Parque poderia atingir melhor os objetivos) - Descontentamento dos professores das agências e operadores	- Ofertas alternativas de alojamento - Capacitação da comunidade (para receptivo) - Divulgação mais dirigida	- Regime jurídico da administração - Recursos humanos insuficientes	- Comunidade local - Associação de bairro - Empresas de turismo - Órgãos da mídia - Segundas residências

REPRESENTANTES DO GRUPO 1

- Ferreti dos Santos (rec. 432-2266)
- Silvia Zaterka (435-1275)

Enfoque: ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Turismo desorganizado</li> <li>- Dificuldade em avistar animais selvagens</li> <li>- Turismo desorganizado: Camburi, Vila de Picinguaba, Puruba, Saco das Bananas, Corcovado, Bonete, Ubalumirim</li> <li>- Comunidade na cidade associa ecoturismo como atividade monopolizada dentro do Parque</li> <li>- Iniciativa privada desconhece possibilidades de parceria com o Parque</li> <li>- Monopólio das trilhas do Parque por guias indicados pelo núcleo</li> <li>- Caiçaras do Camburi passa necessidade devido ao Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estado e Município não investiram até hoje no planejamento e organização do turismo</li> <li>- Até hoje houve, muito pouca integração entre ações do Estado e Município na implantação do Parque e operacionalização deste</li> <li>- Comunidade Municipal pouco sensibilizada e motivada para questão ambiental e turismo ecológico</li> <li>- Imagem distorcida do turismo em relação às qualidades ambientais da área ( domina a imagem de veraneio)</li> <li>- Conceito de ecoturismo pouco claro para comunidade em geral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dejetos humanos nas trilhas e cachoeiras</li> <li>- Potencial ecoturístico não explorado, nem valorizado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento de todas e implantação de algumas trilhas para uso ecoturístico</li> <li>- Implantação do projeto ecoturístico elaborado para o PED</li> <li>- Que seja permitido ao caiçara melhorar a sua qualidade de vida</li> <li>- Criar uma associação municipal de ecoturismo</li> <li>- Produção e divulgação de material informativo</li> <li>- Organizar um seminário de ecoturismo ainda este ano</li> <li>- Capacitação de guias, monitores e outros profissionais</li> <li>- Criação de um conselho de ecoturismo com representação das comunidades caiçaras</li> <li>- Melhoria nas estruturas locais para recepção do turista nas comunidades caiçaras</li> <li>- Comunidades do interior do Parque tenham representação junto a administração (conselho gestor)</li> <li>- Zoneamento, regulamentação e monitoria do uso público no Camburi com a comunidades e nas outras (exp. piloto)</li> <li>- Estudo da capacidade de suporte nas comunidades para o ecoturismo</li> <li>- Formar um grupo de educação ambiental no conselho setorial de meio ambiente da FUNDARTE</li> <li>- Não restringir a atividade de monitoramento de trilhas somente aos moradores</li> <li>- Abrir monitoria de trilhas para moradores de todo o município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obstáculos e dificuldades previsíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisadores da UNICAMP, USP e UNESP</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- Alunos e professores do curso técnico de turismo</li> <li>- FUNDARTE grupo de meio ambiente</li> <li>- Convênio: (Fundo social / Escola Aurelina / Grupo Guainumbi / credicard ) de material de educação ambiental e para turismo</li> <li>- Fundação Boticário</li> <li>- Guapuruvu</li> <li>- COMTUR</li> </ul>

REPRESENTANTES DO GRUPO 2

- Ana Maria Morales (432-2949)
- Roberta Guimarães (887-1195)
- André

Enfoque: **ECOTURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

GRUPO 3

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
- Ecoturismo insatisfatório	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgação de informações ecoturísticas ineficiente</li> <li>- Deficiência de pessoal</li> <li>- Infra-estrutura pontual (localizada)</li> <li>- Insuficiência de pessoal</li> <li>- Pouca interação de agentes locais de turismo com o Parque</li> <li>- Trilhas mal operacionalizadas (poucos monitores capacitados, pouco estudo de capacidade)</li> <li>- Não participação da comunidade do Parque nas atividades do Ecoturismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mau uso das trilhas</li> <li>- Degradação do Parque</li> <li>- Desrespeito a comunidade</li> <li>- Insatisfação do usuário</li> <li>- Insatisfação dos operadores do turismo local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastramento das operadoras e áreas de atuação</li> <li>- Parque disponibilizar estrutura atual para atendimento</li> <li>- Tratamento diferenciado para municipais (priorizar)</li> <li>- Zoneamento das áreas voltadas ao ecoturismo e à pesquisa</li> <li>- Plano de divulgação na mídia (internet, TV, rádio, folhetos)</li> <li>- Caracterização do uso e suporte das trilhas</li> <li>- Formação e cadastramento de condutores (da comunidade de dentro do Parque)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delegacia de Ensino</li> <li>- FUNOART</li> <li>- Prefeituras e Secretarias</li> <li>- Agências</li> <li>- Escolas</li> <li>- ONG's</li> <li>- CONTUR</li> <li>- SMA</li> <li>- Artesões</li> <li>- Associações</li> <li>- KFW</li> </ul>
- Educação ambiental insatisfatória	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não articulação e envolvimento dos agentes educadores</li> <li>- Processo de educação ambiental não é contínuo seja nas escolas visitantes ou nas agências</li> <li>- Deficiência de informação para a comunidade</li> <li>- Não há trabalho de educação ambiental nas comunidades</li> <li>- Atendimento insuficiente das escolas locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Degradação do Parque e entorno</li> <li>- Falta de identidade cultural</li> <li>- Subutilização das áreas para fins educativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação e cadastramento dos artesões</li> <li>- Resgatar e considerar tudo que já foi feito</li> <li>- Fomento e resgate das raízes culturais locais</li> <li>- Comunidade ensinando e realizando oficinas</li> <li>- Capacitação / formação continuada da comunidade para atividades de desenvolvimento sustentável: (artesanal, ecoturismo)</li> <li>- Campanhas educativas específicas nas comunidades (lixo, etc)</li> <li>- Formação dos educadores</li> <li>- Criar um vínculo com os grupos dispostos a educação ambiental que desenvolvam um trabalho contínuo</li> <li>- Capacitação de educadores, extra Parque voltados para educação ambiental</li> </ul>		

REPRESENTANTES DO GRUPO 3

- Juliana
- Zumbi - FUNOART Guanambi
- Inácio - Vila de Picinguaba



REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO - FASE I  
DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (Núcleo Picinguaba)

Enfoque: **GESTÃO E INFRA-ESTRUTURA**

**GRUPO 1**

IMAGENS DO PRESENTE		VISÃO DO FUTURO			
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
- O Estado não administra com a participação da comunidade	- Filosofia gerencial - Legislação inadequada	- Comunidade não apoia o Parque (e não compreende) - Parque não participa do desenvolvimento socio-econômico da comunidade	- Criação de um conselho consultivo ( Sociedade civil, Prefeitura, Estado, Universidades) - Parque promover a consciência ambiental da população de Ubatuba - Banco de dados sobre a região de Ubatuba	Falta de consenso da sociedade e governo	- Secretaria do Meio Ambiente Municipal - Associação de Bairros - ONG's - Agências de ecoturismo - Universidades - Associação comercial - Hoteleiros
- Infra-estrutura do Parque é insuficiente para administração do Parque	Prioridade política voltada para outras áreas	- Impacto ambiental nas áreas do Parque - Limitação da capacidade de atender objetivos do Parque	- Repasse do "ICMS verde" para gestão do Parque - Parcerias para implantação de infra-estrutura para visitação	Questão fundiária	
- Pouca autonomia administrativa e financeira da administração do Parque	Regime jurídico e administrativo do I.F. centralizado	- Baixa eficiência administrativa - Dificuldade em fazer administração participativa	- Repasse de "ICMS verde" para reforçar infra-estrutura saneamento nas comunidades do Parque		

**REPRESENTANTES DO GRUPO 1**

- Aninha ( 445-1196)

- Adelaide ( 432-1348)

- Juliene ( 432-2266)

Enfoque: **GESTÃO E INFRA-ESTRUTURA**

**GRUPO 2**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão insatisfatória do Parque em relação à comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inexistência da participação da comunidade na gestão do Parque</li> <li>- Legislação inadequada</li> <li>- Corpo técnico despreparado para lidar com a comunidade</li> <li>- Comunicação deficiente entre Parque e comunidade</li> <li>- Despreparo e postura inadequada dos guardas parque e funcionários</li> <li>- Falta de autonomia do Diretor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descrédito da população em relação ao Parque</li> <li>- Tolhimento do desenvolvimento da comunidade</li> <li>- Insatisfação da população em relação ao Parque</li> <li>- Criação de impasses em relação a gestão</li> <li>- Relacionamento conflitante</li> <li>- Inexistência de projetos de desenvolvimento sustentável</li> <li>- Desestímulo nos funcionários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão participativa</li> <li>- Criação de um conselho gestor com participação do governo do Estado, Município, comunidade, sociedade civil</li> <li>- Realizar o zoneamento adequado para definição de áreas de uso sustentável</li> <li>- Elaborar projetos de desenvolvimento sustentável da comunidade</li> <li>- Participação da população na conservação de certas áreas</li> <li>- Papel articulador do Parque na captação de créditos aos projetos da comunidade para atividades econômicas preservacionistas</li> <li>- O Parque deve articular com a prefeitura, e outros projetos de estruturação da comunidade</li> <li>- Elaborar normas sobre a gestão participativa nas diversas áreas</li> <li>- Estabelecer mecanismos de articulação com diversos órgãos públicos</li> <li>- Criar canais de informação e comunicação: Sociedade/ Parque / Comunidade</li> <li>- Criar mecanismos de auto-estruturação do próprio Parque (maior autonomia do diretor)</li> <li>- Criar mecanismos viabilizando parcerias</li> <li>- Formação e capacitação de agentes ambientais comunitários</li> <li>- Articulação junto à prefeitura em relação à Infra-estrutura para a vida da comunidade</li> <li>- Apoiar/ fomentar a criação de associações especializadas por atividades e interesses</li> <li>- Criar mecanismos para assegurar a permanência de moradores tradicionais</li> <li>- Apoiar o fortalecimento das organizações comunitárias</li> <li>- Capacitação dos funcionários e "revitalização"</li> <li>- Implantação de infra-estrutura para o turismo (bares, quiosques, restaurantes) Parque/ comunidades</li> <li>- Cursos para comunidade conviver com o Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão desordenada da comunidade</li> <li>- Indisposição da comunidade em participar</li> <li>- Falta de vontade política</li> <li>- Administração direta</li> <li>- Desarticulação desagregação da comunidade</li> <li>- Administração centralizadora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associações comunitárias</li> <li>- ONG's regionais</li> <li>- Institutos de pesquisa I.A.C., ESALQ, Botânico, USP (grupos), UNICAMP, UNESP</li> <li>- Secretaria do Meio Ambiente municipal</li> <li>- Associações comerciais</li> <li>- Secretarias municipais de cultura e turismo</li> <li>- FNMA</li> <li>- Fundação Boticário</li> <li>- KFW</li> </ul>

**REPRESENTANTES DO GRUPO 2**

- Farid - Prefeitura Municipal (432-6536)
- Edgar Rosa (014- 821-4677)

## REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO - FASE I DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (Núcleo Picinguaba)

PAINEL 6

27

### Enfoque: PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### GRUPO 1

Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ineficiência da fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande extensão dificulta a fiscalização</li> <li>- Falta de demarcação dos limites do Parque</li> <li>- As características físicas do Parque dificultam a fiscalização</li> <li>- Normas pouco claras</li> <li>- Normas inadequadas</li> <li>- Incompatibilidade das normas seguidas pelos órgãos responsáveis</li> <li>- Excesso de burocracia</li> <li>- Questão administrativa direta</li> <li>- Falta de conhecimento da administração dos problemas locais</li> <li>- Uso indevido do poder pelos órgãos fiscalizadores</li> <li>- Pouca consciência da população em relação à importância do Parque</li> <li>- Insuficiência do número de funcionários</li> <li>- Funcionários pouco capacitados</li> <li>- Fiscalização pouco esclerecedora e muito repressora</li> <li>- Inexistência de cadastramento dos moradores quanto à situação fundiária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalização inadequada à permanência da comunidade</li> <li>- Lentidão na tomada de decisões</li> <li>- Conflito com a comunidade</li> <li>- Destruição dos ecossistemas do Parque</li> <li>- Diminuição da qualidade de vida da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O diretor do PESH ser eleito dentro de um conselho consultivo local formado por membros da comunidade local, da administração do Parque, Prefeitura, Universidades, consultores técnicos...</li> <li>- Criar mecanismos de descentralização na administração do Parque garantindo uma gestão mais próxima à realidade local</li> <li>- Manutenção do caçara dentro do PESH garantindo alternativas econômicas para a população local</li> <li>- Realizar uma conscientização da comunidade para que eles sejam agentes fiscalizadores</li> <li>- Garantir que o "ICMS verde" da Prefeitura seja utilizado para financiar projetos de viabilização econômica para a comunidade local</li> <li>- A comunidade local deve se organizar, através de associação de moradores, para pressionar a prefeitura quanto ao destino do "ICMS verde"</li> <li>- Padronização da forma de fiscalização dentro do Parque: DPRN + guardas-parque</li> <li>- Adequar legislação com a realidade local</li> <li>- Definir os integrantes da comunidade tradicional</li> <li>- Definir os direitos da comunidade tradicional</li> <li>- Manejo sustentado dos recursos naturais utilizados pela comunidade</li> <li>- A fiscalização do Parque deve ser constantemente discutida dentro do conselho consultivo proposto</li> <li>- Manejo dos recursos naturais utilizados pela comunidade</li> <li>- Devido ao fato da população caçara depender diretamente dos recursos naturais, o licenciamento sobre ela deve ser facilitado</li> <li>- Terceirização da fiscalização</li> <li>- Capacitação dos agentes fiscalizadores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dificuldade na alteração da legislação</li> <li>- Preconceito da comunidade em relação ao Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associações comunitárias</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- Defesa civil</li> <li>- Secretaria de Meio Ambiente Municipal</li> <li>- Secr. de Ação Social Municipal</li> <li>- Procuradoria</li> <li>- Secretaria de Arquitetura e urbanismo</li> <li>- Cooperativa pesqueira</li> <li>- Câmara de vereadores</li> <li>- Assembleia legislativa</li> <li>- O.A.B.</li> <li>- IBAMA</li> <li>- Polícia Florestal Militar</li> <li>- DPRN</li> </ul>

#### REPRESENTANTES DO GRUPO 1

- Alvaro - Camburi
- Umberto - Domingas Dias (974-3182)
- Hélio Meneghetti

Enfoque: **PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**GRUPO 2**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito entre a fiscalização e a comunidade local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despreparo da fiscalização perante o morador local</li> <li>- Plano de fiscalização Inadequado</li> <li>- Formação inadequada da polícia</li> <li>- Desformação do morador pelo núcleo</li> <li>- Inexistência da fiscalização preventiva</li> <li>- Desrespeito da fiscalização para com a comunidade local</li> <li>- Postura incorreta da fiscalização</li> <li>- Indefinição de regras claras da fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não aceitação do Parque pelas comunidades locais</li> <li>- Maior degradação da Mata Atlântica</li> <li>- A comunidade não participa da fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalização trabalhando junto com a população</li> <li>- Plano de manejo que contemple as necessidades das comunidades do Parque</li> <li>- Uso de fiscalização ambiental Municipal de modo preventivo</li> <li>- Programa de conscientização/informação para as comunidades locais</li> <li>- Ações conjuntas do Estado e Prefeitura</li> <li>- Fiscalização preventiva com educadores ambientais (Nº de policiais = Nº de educadores ambientais)</li> <li>- Inserir nas comissões de julgamento de autos de infração representante do I.F. - Núcleo Picin-gaba</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação inadequada</li> <li>- Militarização da Polícia Florestal</li> <li>- Burocracia nos processos de autorização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O.A.B</li> <li>- Secretaria Municipal do Meio Ambiente</li> <li>- Secretaria Municipal de Arquitetura e Urbanismo</li> <li>- Universidades</li> <li>- ONG's</li> <li>- 3º BPM Florestal</li> <li>- Ministério Público,</li> </ul>

**REPRESENTANTES DO GRUPO 2**

- *Juliano do Amaral Damasceno*
- *Antônio da Conceição*
- *Andreia dos Santos*

**Enfoque: PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

**GRUPO 3**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalização inadequada e/ou autoritária e/ou ameaçadora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconhecimento por parte dos funcionários (alguns) do que fiscalizar</li> <li>- Despreparo de alguns funcionários do Parque</li> <li>- Abuso de autoridade de alguns funcionários</li> <li>- Má fé de alguns proprietários dentro do Parque</li> <li>- Não existe canais de comunicação entre o Parque/ comunidade</li> <li>- Não -resolução da questão fundiária</li> <li>- Existência de bairro (rural) no interior do Parque</li> <li>- Legislação que não permite o desenvolvimento sócio-econômico dentro do Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflito entre moradores e funcionários</li> <li>- Desenvolvimento socio-econômico da comunidade é tolhido</li> <li>- Má imagem do Parque</li> <li>- Ocupação irregular</li> <li>- Marginalização da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exclusão da Vila de Picinguaba dos limites do Parque</li> <li>- Saber o quê fiscalizar</li> <li>- Capacitar (preparar) os funcionários para a fiscalização</li> <li>- Definir o zoneamento permitindo algumas atividades compatíveis</li> <li>- Comunidade atuando na fiscalização</li> <li>- Criar mecanismos para comunicação Parque/ comunidade</li> <li>- Desapropriação das áreas particulares no interior do Parque</li> <li>- Exclusão das áreas particulares</li> <li>- Proteção do entorno (área lampião)</li> <li>- Zonas permitindo negociação com proprietários para usos compatíveis em troca da preservação do restante</li> <li>- Criar alternativas para o desenvolvimento sustentável das comunidades</li> <li>- Dar condições materiais para a fiscalização marinha</li> <li>- Treinamento de agentes comunitários para fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação adequada</li> <li>- Disposição favorável da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação de bairros</li> <li>- Polícia Florestal</li> <li>- IBAMA/ DPRN</li> <li>- PMU</li> <li>- Instituto de Pesca</li> <li>- Instituto Oceanográfico</li> <li>- Ministério público</li> <li>- Poder legislativo</li> <li>- Projeto TAMAR</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- Prefeitura</li> </ul>

**REPRESENTANTES DO GRUPO 3**

- Diná Soares - Camburi
- Jaime - Almada

## REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O PLANO DE GESTÃO - FASE I DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR (Núcleo Picinguaba)

PAINEL 7

**Enfoque: RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

**GRUPO 1**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Parque esta sendo degradado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extração do palmito</li> <li>- Áreas do Parque são ocupadas</li> <li>- Extração de recursos naturais</li> <li>- Circulação de carros</li> <li>- Abertura de trilhas dentro do Parque</li> <li>- Turismo desorganizado / desinformado</li> <li>- Parque não demarcado</li> <li>- Fiscalização ineficiente</li> <li>- Construção da rodovia</li> <li>- Deficiência de comunicação do Parque com a comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Erosão / assorimento de rios</li> <li>- Biodiversidade reduzida</li> <li>- Recursos hídricos diminuídos</li> <li>- Diminuição dos atrativos turísticos</li> <li>- Qualidade de vida prejudicada</li> <li>- Diminuição dos recursos naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamentação de normas referentes ao entorno</li> <li>- Estímulo ao manejo sustentado no entorno e no interior</li> <li>- Projeto de recuperação de áreas degradadas</li> <li>- Programa de educação ambiental</li> <li>- Criação planejada de trilhas controladas em parceria com iniciativa privada</li> <li>- Regulaentação de áreas passíveis de ocupação dentro do Parque</li> <li>- Viveiro de essências nativas</li> <li>- Copilação e aplicação de pesquisas já realizadas</li> <li>- Programas habitacionais fora do parque</li> <li>- Proteção dos ecossistemas marinhos e do entorno</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não há interesse político/ econômico para conjuntos habitacionais</li> <li>- Financiamento de projeto de manejo sustentado insuficiente</li> <li>- Legislação ambiental inadequada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CDHC</li> <li>- Universidades e Institutos de pesquisa</li> <li>- Secretarias Municipais do Meio Ambiente e da Agricultura</li> <li>- Secretaria da educação Municipal e D.E.</li> <li>- ONG's</li> <li>- Associação comunitárias</li> <li>- Grupo de estudantes de biologia- USP</li> </ul>
<p>As pesquisas não são utilizadas para os fins de desenvolvimento sustentado e conservação ambiental do Parque e para a sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não chega ao Parque os produtos das pesquisas</li> <li>- As pesquisas não são divulgadas</li> <li>- As linhas de pesquisa não tem prioridades concordantes com as necessidades do Parque e do desenvolvimento sustentado</li> <li>- O Parque e outros não sabem utilizar os resultados das pesquisas</li> <li>- Insuficiência da quantidade de pesquisa</li> <li>- Não há comunicação entre o Parque e os institutos de pesquisa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Banco de dados deficitários</li> <li>- Desperdício de dinheiro público</li> <li>- Perda de energia dos cientistas: trabalho para gaveta</li> <li>- Indefinição de técnicas de manejo sustentado de recursos naturais, com extensão deficiente</li> <li>- Comunidades e sociedades locais não valorizam ou entendem a importância das pesquisas e, por consequência, do Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de pesquisas possibilitando o melhor conhecimento dos diversos ambientes do Parque</li> <li>- Sugestões de soluções para os problemas do Parque por parte dos pesquisadores</li> <li>- Realização de sugestões de estudo que sejam necessárias à melhor conservação do Parque</li> <li>- Divulgação das pesquisas através da criação de um banco de dados</li> <li>- Aplicação das pesquisas na estruturação de trilhas</li> <li>- Realização de um centro de pesquisas no Parque</li> <li>- Conscientização da comunidade em relação à importância das pesquisas</li> <li>- Comunicação para os centros de pesquisas da necessidade de pesquisas aplicativas</li> <li>- Destinação do "ICMS verde" da Prefeitura para estudos no Parque</li> <li>- Solicitar priorização de pesquisa das agências de fomento</li> <li>- Protocolo de intenções entre os pesquisadores e o Parque</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Burocracia dos órgãos de pesquisa</li> <li>- Inexistência de universidades no litoral norte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- SOS Mata Atlântica</li> <li>- Universidades</li> <li>- Institutos de pesquisa</li> <li>- Agência de fomento à pesquisa</li> <li>- Grupo ambiental de alunos de biologia - USP</li> <li>- CPLA/ SMA</li> <li>- Associação Guapuruvu</li> <li>- ONG's locais</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Instituto Oceanográfico da USP- Ubatuba</li> <li>- UNITAU</li> <li>- IAC</li> </ul>

**Enfoque: RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

**GRUPO 1 (continuação)**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ecossistemas marinhos não submetidos a proteção ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento ecológico inadequado ou insuficiente na criação do Parque e do núcleo</li> <li>- Política de preservação "tradicionalmente" prioriza remanecentes e áreas "imprestáveis" para outro fim, não a biodiversidade, os processos ecológicos e as áreas marinhas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delapidação dos recursos marinhos e costeiros</li> <li>- Não conservação da representatividade e dos ecossistemas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo a pesca artesanal para comunidade local</li> <li>- Área de proteção ambiental bi-estadual</li> <li>- Criação de grupos de trabalho inter-institucionais para revisão dos limites do P.E.S.M. e criação de áreas tampão</li> <li>- Criação de APA no entorno do Parque englobando áreas terrestres e marinhas</li> <li>- Controle da atividade pesqueira degradatória</li> <li>- Criação de APA Municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Legislação federal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- IBAMA</li> <li>- Polícia Florestal</li> <li>- Instituto de Pesca</li> <li>- TAMAR</li> <li>- ONG's</li> <li>- Associação Guapuruvu</li> </ul>

**REPRESENTANTES DO GRUPO 1**

- Zaira - Associação Guapuruvu
- Roberta (011- 887-1195 rec. André)
- Berenice - Projeto TAMAR

**Enfoque: RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

**GRUPO 2**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de áreas degradadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Queimadas, desmatamentos e retiradas de terras</li> <li>- Outros órgãos do Estado e/ou Municipalidade realizaram ou realizam obras no núcleo de forma não apropriada</li> <li>- Inexistência de programas de recuperação das áreas degradadas</li> <li>- Inexistência de comunicação entre o Parque ( administração) e populações</li> <li>- Dificuldades enfrentadas pela direção do Parque: burocráticas, prioridades políticas, insuficiência de verbas etc.</li> <li>- Insuficiência de quadro de funcionários para realizar um programa para as áreas degradadas</li> <li>- Ação da especulação imobiliária</li> <li>- Conivência da Polícia Florestal e população na caça, retirada de palmito e pesca</li> <li>- Populações desmotivadas e desmobilizadas na busca de soluções para recuperação de áreas degradadas</li> <li>- Desinformação da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deslizamentos, assoreamento dos rios e redução do volume de água nos rios</li> <li>- Perda da biodiversidade, da qualidade de vida da população e riscos de vida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisas voltadas a um maior entendimento do ambiente</li> <li>- Pesquisas como subsídios às atividades de agricultura local dando alternativas de culturas e formas de plantio</li> <li>- Projetos de viveiros aliados às atividades das escolas do núcleo para recuperação de áreas degradadas</li> <li>- Os moradores da Praia da Fazenda propõem-se a ajudar a recuperação do Parque em todos os sentidos A.A.P. Fazenda</li> <li>- Pesquisas que apontem espécies, áreas e formas de recuperação</li> <li>- Moradores contribuindo na reposição de árvores/plantas que foram utilizadas pela comunidade</li> <li>- Inserção da educação ambiental no currículo escolar (constituição)</li> <li>- Realização de levantamentos e identificação de áreas degradadas</li> <li>- Educação ambiental voltada a comunidade</li> <li>- Motivação e mobilização das comunidades locais</li> <li>- Pesquisa para diagnóstico ambiental</li> <li>- Participação da comunidade na fiscalização e proteção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação de financiamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universidades</li> <li>- ONG's</li> <li>- DPRN</li> <li>- DNER</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Comunidades Locais</li> <li>- Turistas</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- Institutos de pesquisa</li> <li>- Sociedade civil</li> <li>- IAC</li> <li>- IBAMA</li> <li>- FUNAI</li> <li>- Delegacias e Secretarias de Educação</li> </ul>

**Enfoque: RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

**GRUPO 2 (continuação)**

IMAGENS DO PRESENTE			VISÃO DO FUTURO		
Levantamento de problemas	Identificação das causas	Identificação das consequências	Possíveis soluções para os problemas	Obstáculos e dificuldades previsíveis	Possíveis parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiência de pesquisas em algumas áreas temáticas e geográficas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desvinculação dos resultados obtidos pelas pesquisas e aplicação destas nas áreas do Parque</li> <li>- Insuficiência de quadros do Parque para apoio à pesquisa</li> <li>- Desvinculação das pesquisas com a realidade das comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lacunas de conhecimento</li> <li>- Insuficiência de dados para subsidiar o plano de gestão e zoneamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pesquisa vinculadas à realidade e necessidades da comunidade</li> <li>- Compromisso dos pesquisadores de divulgar a pesquisa à comunidade do Parque</li> <li>- Projetos de pesquisa com orçamento para guias e acompanhantes de campo</li> <li>- Divulgação dos trabalhos de pesquisa</li> <li>- Criação de banco de dados de pesquisa e editoração</li> <li>- Envolver a comunidade com os trabalhos de pesquisa</li> <li>- Realização de eventos, palestras e "workshops" para divulgação de pesquisa</li> <li>- Transmissão de conhecimentos das pessoas da comunidade que detêm conhecimento par o restante da comunidade</li> <li>- Busca de financiamentos para realização de pesquisa conjuntamente (Estado + Universidade)</li> <li>- Criação de um comitê científico assessor para área de pesquisa do Parque</li> <li>- Elaboração de projetos de pesquisa voltados para áreas degradadas e para conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação de financiamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universidades</li> <li>- ONG's</li> <li>- DPRN</li> <li>- DNER</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Comunidades Locais</li> <li>- Turistas</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- Institutos de pesquisa</li> <li>- Sociedade civil</li> <li>- IAC</li> <li>- IBAMA</li> <li>- FUNAI</li> <li>- Delegacias e Secretarias de Educação</li> </ul>

**REPRESENTANTES DO GRUPO 2**

- *Andreia Saul*
- *Ivany Teixeira*



**LISTA DE PARTICIPANTES**  
**ANEXO 2**

---



29	ACEVON MEDICINA	Pescaden		
30	SEVICIA JUNTAS	Prof. In. Obstet. da	Projetos ambientais	R25 43246
31	Associação Evangeliz.	U. DE A. D. 12	C- MUNIC. PAU	43292



28.04.97 - MANUA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA  
MATA ATLÂNTICA - PPMA -  
SMA / KW

	NOME	ENTIDADE	Ocupação/CARGO	TEL: P/CONTATO
32	Jose Roberto Breda	SASU ASSOCIAÇÃO DO SETOR UBATUNENSE	RESISTENTE	-
33	MILTON OLIVEIRA	SETOR UBATUNENSE	-	-
34	Romel Carlos Corpeira	CAMBURI	-	-
35	Admiral Marinho	Pes Biofera / Puro Macaé	Coord. Ker P/NS/3	(011) 870139-
36	Lucia Pinna Vianna	LMA / PROBIO/SP	Assessora Coord.	30 306625 (ON)
37	Juliano da Damasceno	CAMBURI	-	CX. POST. 218
38	Jeonassio Cesar	CAMBURI	ASSISTENTE	218
39	Dinalva			
40	<del>Assessoria</del>	CAMBURI		
41	André Luiz Vaisari	Proj. Termel. Rio de Janeiro	Pres. do projeto	44 5 114
42	Andice Filipak Mansano	Exposições UNICAMP / UNIV. CATANZARU	Pesquisadora	(019) 234 31
43	Marcelo F. Alvim	PMU	Coord. Técnico	43 210
44	Yliam P. Figueira R.	GUAPURUJU	Assessoria	(011) 944 901
45	Adice Roberto	resistência - (AMZ) 02	-	-
46	Verônica Barbosa	Proj. do Setor	P. S. A. F. C.	44 9 112
47	Roberto	Proj. do Setor	S. A. F. C.	
48	João Manoel P. Pouty	Particular	-	11 32572
49	Maria B. R. Moraes	SMA / CPA / GERCO-DL	COORD. PROJ. (11)	30 30 663 30 30 692
50	Luiz Carlos	PICINUNGA	-	-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA  
MATA ATLÂNTICA - PPMA -  
SMA / KM

GABINETE DO SECRETÁRIO

Ordem	NO. ME	ENTIDADE	OCUPAÇÃO/CARGO	TEL. V/CONTATO
01	Helcio Luiz Meneghini	S.A. Piciniquaba	Professor	4322266
02	Autsonia da Conceição	CAMBURI	COZINHEIRA	
03	Roberto do Carmo	CAMBURI	→ Pescador (ativo/locais)	
04	MANUEL FERRAZ DOS SANTOS	A.M. PICINQUABA	FUNC. PUBL. EST.	4322266
05	Edmar de Souza	Pescador	pescador ativo	4322266
06	Andria de C. SAUL	USP	pós-graduada de	5733303 (011)
07	Rafaela Cunningham	USP	Prof. prof. / Doutor	572-6961
08	Mabel Augustowski	P. Est. Ilha Anchieta	Bióloga / Prog. Pesquisa	9749059 (011)
09	Cláudio C. Marinho	Fund. Florestal / PPMA	Eng. Agr / Coordenador	935331 (011) 2267
10	Lenel Corvêa			
11	Berenice M.G. Gallo	Projeto TAMAR	Oceanólogo / coord.	4326202
12	Juliana M. Bumbalati	MDV	secretária	4420098
13	Emilde Jorge	<del>Fazenda</del>		
14	Maíl dos Santos	Projeto TAMAR	PESCA	432.6202
15	Geno dos Santos	Camburi	caseiro	—
16	Cleber Gomes	ASSOC. COMERC.	Presidente	4321449
17	Leandro Soares	ASSOC. Camburi	morador	433146
18	Andriana M. M. M. M.	ASSOC. Praia Vermelha	Presidente	4451146
19	Faiz Naman Jr	Prof. Ubatuba - S. Acric	Eng. Agr	4324062 (011)
20	Yvane Pichiani	DEPEN Ilh. Norte	Eng. Agr	4321436
21	Jorge Felipe Batista	Mora de Baixo	computista	4321803
22	Divina MATHIAS	Pes. Proteção Ambiental	Coord. Técnico	(37)
23	ZAIRA MATHEUS	GUAPURUVU	BIOLOGA / PROFESSOR	9745081
24	Carla	<del>PRAIAS FAZENDA</del>	COZINHEIRA	024452261
25	Wilton Ribeiro	P. Fazenda	Eng. Agr	266.86.00
26	Roseli Quirato Paves	Praia Fazenda	morador	266.8200
27	Roberto Carlos M. M.	PRAIAS FAZENDA	Mecânico	5542066
28	MARILIA DE MORAES	SMA / CPA / DIL-GERCO	COORD. PROJETO (011)	30206924 30306638

29	Grésio das Santos	Ass Cambury	Morador	
30	Filomena N. Lopes	"	Moradora	
31	Maria Regiane Oliveira	"	Moradora	
32	Rosimery do Mascarello	Ass Cambury	Moradora	
33	Antônio Alves de Sentes	"	Morador	
34	Paulo de Assunção	Sentes de Fomade	Morador	9749035
35	Dina Soares	Ass Cambury	"	
36	Alice Rosa de Azevedo	"	"	
37	Jose Ferrino Soares	"	"	
38	Fulvio do Amaral	"	"	
39	Educar Rosa	UNESP - SOCICATU	ESTUDANTE 5º ANO	(014) 8214677
40	Candice Mansano	UNICAMP - CAMBURY	DESAQUISADORA	(019) 2343945
41	Eligor P. Firme	Ass Guaporuvu	PRESIDENTA	9749039
42	Joel Carlos de Souza	Cambury		
43	Juraci (Juraci)	CAMBURY		
44	Thaís Turá Coique	AGUAICOLD BYVINT	President	
45	INACIO A. ROSSA JR	TRCINPUBA		
46	João Roberto	Praia Vermelha Norte	associação morador	
47	Aduana Takahasi	UNESP - R. Umas / Onda Verde	organizadme	(019) 84.15
48	Soni MALAGUTI	RES. LANTO DA PAZIENCIA	MORADOR	9746125
49	Ademir Braga de Oliveira	Ass. Estufa II	MORADOR	432.3886
50	Mauro de Sente	residência de	Morador	
51	Amir P. Souza	SOC AMIGOS B. ALMOSA	Proprietor	974903
52	Maria Otilia de Mello	residência	Proprietor	4321055
53	Valéria Cruz Galli	Instituto de Física	Proprietor JP	432135



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA  
MATA ATLÂNTICA - PPMA -  
SMA / KJV

29/04

GABINETE DO SECRETÁRIO

USO PÚBLICO

NUMERO	NOME	ENTIDADE	Ocupação/CARGO	TEL: P/CONTATO
1	Juliana M. Busnelokki	Estação R. dos Amarelos <sup>Eoturismo</sup>	proprietária	4420098
2	Juanaria Morales	Serviço Mar. Turismo <sup>Recept. Ecotur.</sup>	"	432-2949
3	Jorge Barbosa	PREFEITURA	FUNCIONÁRIO	445-11-46
4	SILVIA P. ZATERKA	TERRA BRASIL-TURISMO	Agente de turismo	435-1275
5	Juniperio Viquez	Floresta Verde Eng. Ind.	Sócio Empreendedor	442-0126
6	Pedro Serejo (Zumbi)	Assoc. Unibros do Brasil	emissor Editor	492-3249
7	Edson Barbosa Pinheiro	Escola Tec. de Turismo	Professor	9751143
8	marcos Roberto dos Santos	Estudante	journalisme	432-6411
9	Roberta Guimarães	grupo de estudantes biologia USP	estudante biologia	819-286-0144 cel 331-552
10	Antonio Epifanio	Vereda de	Boia	932-4244
11	MANOEL CASAR	Pris. Coluna 810	PREÇA	432-4011 7-310
12	Marcos Elcio Gomes Elias	Engenheiro	Engenheiro	432-4712
13	MANUEL FERRETI SANTOS	FUNC. PÚBLICO	ASS. M. P. CINGUARI	4-322266
14	Jaime M. M. de Oliveira	Aldia Indígena Bon Vista	Professora	43240118-21
15	Emmanuel Jorge			
16				
17	Genésio dos Santos	ASS. CAMBURI	MORADOR	
18	Silvia dos Damasceno	"	"	
19	André Lima Vaz	CONC. Praia Vermelha <sup>UNICAMP</sup>	Presidente	4451146 (019) 230-3945
20	Caridice Mausano	UNICAMP. RUA Dom Luis Antonio Sorela, 49 apto 34. J. Poreng Campinas	Pesquisadora no Cambury	
21	Isaías	Camburi	Camburi	
22	Edson ROSE	UNESP BONCATU	Estudante	0141 8214677
23			MORADOR	2-1-2025
24	INACIO ROSAS	PICINGUETAS		
25	Adriana Dalton	RBMA-SMA-SP	Coord. Tec	(39)
26	Paulo C. Maratti	Fund. Florestal / PPMA	diretor / coordenador	25353312261
27	Luiz Roberto C. N. Oliveira	SMA / IF	diretor - N. Picing.	4324149
28	ZAIRA A. MATHEUS	604PURUVU	BIOLOGA / PROFESSORA	9-94-5681

NOME

ENTIDADE

Ocupação/Cargo TEL. P/CONTATO

Sebastião Benedito - Ubatubimirim

Joel Carlos - Camburi

Maria Regina de Oliveira - Camburi

Edgson Rosa - UNESP - Botucatu Estudante (014) 8214677

Adriano de Oliveira - Camburi

Wladimir - Camburi ~~Estudante~~

29.04.97 - FUNDISA





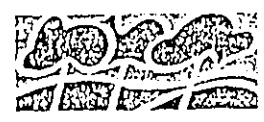
GABINETE DO SECRETÁRIO

GESTÃO E INFRA-ESTRUTURA

9/04

ORDEN	NOME	ENTIDADE	Ocupação/CARGO	Tel: P/CONTATO
1	Roberto de Souza	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA	Coordenador	622-7451
2	Wagner Rangel	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
3	Jorge Roberto	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA	Coordenador	622-7451
4	ZAIRA MATHIAS	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
5	Rosângela C. B. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
6	Adriano F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
7	Maria Da L. S. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
8	Adriano F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
9	Adriano F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
10	Frande de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
11	Adriano F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
12	Rosângela C. B. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
13	MANUEL F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
14	Maria C. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
15	Rosângela C. B. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
16	José de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
17	Rosângela C. B. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
18	Luiz Roberto DAMASCENO	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
19	Marcos Adriano de S.	Instituto Florestal	Eng. Florestal	422-3166
20	Cândido F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
21	MARIA CRISTINA HOLL	INST. GEOLÓGICO / SMA	Geóloga	1011) 522-4022 BMS
22	Adriano F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
23	José de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
24	Liandra de S.	INST. GEOLÓGICO SMA	Eng. Florestal	578-2623
25	MANUEL F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
26	Adriano F. de S.	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA		
27	JOSÉ SCHWARTZ DA MOTA	PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA	Diretor	422-3166

(44)



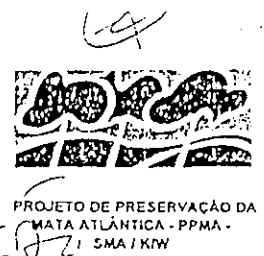
20/4 GABINETE DO SECRETÁRIO

MINUTAS: Proteção Fiscalizações

	NOME	ENTIDADE / ENDEREÇO	Ocupação / Cargo	TEL: P/ CONTATO
1	Araceli...	Juiz. de Paz...	...	432-2414
2	José MADALINI	DES. CONT. DA FAUNA		9746125
3	XAVIER T. MADALINI			9746128
4	André de C. Suel	USP - SP	Pos-graduação	5733303
5	Helvécio Mendonça	U.A. Pirimambuca	professor	4322266
6	Patrícia Camargo	USP - SP	Pos. Grad. Doutor	572-690
7	Adriana TAKAHASHI	GUAPURUVU	pos-graduação	0115241514
8	ELIBRE PEDRA FERREYRAS	GUAPURUVU	MONITOR / COLHEITA	(012)9749091
9	Dissal Dias	Camburi		
10	Fernando dos Santos	Associação Camburi	Coordenador	432-4894
11	Genesio dos Santos	Camburi	Coordenador	
12	Luiz Pedro de S. S.	Associação Camburi	Coordenador	432-4894
13	Antônio de Brito	Assoc. Camburi	11	
14	José Luiz de Brito	11	11	
15	Salvador de Brito	11	11	
16	Rosângela de Nascimento	Camburi	11	
17	Luciana de Nascimento	Camburi	11	
18	Maria Regina de	Camburi	11	
19	Alvaro Anibal Santos	11	11	
20	Alvaro Anibal Santos	11	11	
21	Fernando F. de Souza	ALMADA	Coordenador	4325281
22	Érika de Souza	Proj. Área de Proteção Ambiental de Camburi	inspetor ambiental	4324011
23	Rebecca Guimarães	Proj. Área de Proteção Ambiental de Camburi	estudante biologia	2060144 41731552
24	André M. de S.	Associação Camburi	Res. ambiental Camburi	(019) 234 3445
25	Francisco de S.	PROJ. USP - SMA	Assessoria ambiental	(011) 3030625
26	Luiz Carlos de S.		H. H. P. P. F.	4352033
27	Luiz Carlos de S.			(42)
28	Moisés de S.	PROJ. USP - SMA		



- 30. Fátima Nave Junior PMU - Serv. Agri. Abrot Eng. Agrá 4324011
- 31. Thozias C. Gottscheuer PMU - Meio Ambiente - Secretária 4324011
- 32. ~~Marcelo~~ ~~de~~ ~~Melo~~ ~~da~~ ~~Paqueta~~ ~~da~~ ~~Fernandes~~
- 33. ~~Marcelo~~ ~~de~~ ~~Melo~~ ~~da~~ ~~Paqueta~~ ~~da~~ ~~Fernandes~~
- 34. ~~Marcelo~~ ~~de~~ ~~Melo~~ ~~da~~ ~~Paqueta~~ ~~da~~ ~~Fernandes~~
- 35. Jureline Pentes de Melo
- 36. Raíne Flávia do Carmo (Soc. AMIGOS B. ALMO) PESCADOR (9749020)
- 37. Maria Daíla de Oliveira M. J. (Ilhas do Pescador) Pescador
- 38. Paulo Malotiu da Silva ~~Arqueólogo~~ pescador 4324716
- 39. Edogor Rose - UNESP BOTANICA 044 821-4677
- 40. MARIA CHRISTINA HOLL - INSTITUTO GEOLOGICO - GEÓGRAFA - (011) 95353312261
- 41. Dieneia Fernandes B. Pereira
- 42. Marcelo Alvim Prefeitura SMA
- 43. Cleide Azevedo DPRN - E.T.U. Analista Projetos Ambientais (112) 432143;



GABINETE DO SECRETÁRIO

PROTEÇÃO / ATUALIZADA

	NOME	ENTIDADE	Ocupação/CARGO	TEL: P/CONTATO
14	Esca. B. G. G. G.	Esca. Tur. Turismo	Professora	9751143
15	Thompson de Jesus	Particular		7764-182
16	Th. J. J. J.	DEPRN	Ass. Adm.	4321434
<b>TARDE</b>				
<del>CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E PESQUISA</del>				
01	Viviane Buelin	DEPRN	Eng. Agr	4321434
02	Louiz C. Ricetti	A.A.P.P.P.	Presidente	4352033
03	INACI R. R. R.	FINANÇAS		
04	S. S. S.	FINANÇAS		
05	Fran. F. F.	FINANÇAS		
06	Marcelo Alvim	Inst. Soc. Científica	Coordenador Técnico	4324011
07	Roberto J. J.	Grupo ambientalista	Ativista	4324011
08	Gláucia M. M.	Associação	Coordenadora	4324011
09	MARIA CRISTINA HOLL	INSTITUTO GEOLOGICO/SMA	GEOGRAFA (011)	577-4022 RM 580
10	AGEMP/102107		Adm. / D.	3103240
11	Juliano da DAMASCENA	CRAMB 2º		
12	Valéria da Silva	Casaburi		
13	Anamara Moraes	Grupo V2 Ambiente Fundant Serra do Mar Turismo	membru proprietária	432-2949
14	Contina M. Silva			
15	Rosmary de Oliveira	Casaburi		
16	Carlos Castro	FINANÇAS		
17	Maria Regina C.	Casaburi		
18	Zaira J. J.	FINANÇAS		
19	Felipe J. J.	FINANÇAS		
20	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
21	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
22	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
23	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
24	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
25	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
26	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
27	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
28	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
29	Gláucia M. M.	FINANÇAS		
30	Gláucia M. M.	FINANÇAS		

CONTINUA →

(48)

- 4. Patricia CUNNINGHAM - USP - Pós-graduação (011) 572-6964
- 5. Anderson Sauer - USP Pós-graduação (011) 573.3303
- 6. Maria Sbrincos de Sousa LIMA (9749020)
- 7. Luclia A.P. Claus
- 28. Ivany J. Zaccatelli 435-2033
- 29. Maria Dala de Oliveira Santos (União dos Pescadores)
- 30. Eneide Jorge Jansen
- 31. Jureta S. M.
- 32. Maria F. M. M.
- 33. LEONEO CORREA CAMBURI MORADOR
- 34. ALVARO ANIBAL SANTOS //
- 35. Jureta de OLIVEIRA
- 36. Adriane Takahashi Grupo de Pesquisa (011) 524-1514
- 37. Jidra Keiko Termino - I. Geológico/SMA-SP (011) 578-2623
- 38.

# PROPOSTAS DAS COMUNIDADES

## ANEXO 3

## PROJETO PICINGUABA, FATOR DE DESAGREGAÇÃO DA COMUNIDADE CAIÇARA

Até o advento da estrada Rio/Santos, os caiçaras de Picinguaba, relacionavam-se harmoniosamente com a natureza, da qual só retiravam o suficiente para suas necessidades básicas. Como o próprio documento Projeto Picinguaba reconhece as grandes defasagens ecológicas começaram a ocorrer com a chegada dos invasores “Com a construção da Rodovia Rio/Santos, inaugurada em 1975, toda esta região compreendida entre Paraty e Ubatuba, transformou-se abruptamente em foco de tensões sociais, causadas por violenta especulação imobiliária: chegou o Turismo de massa, o atravessador de peixe, palmiteiros e madeireiros. A Vila de Picinguaba, tombada pelo CONDEPHAAT em 1979, vem se descaracterizando e deteriorando numa velocidade muito perigosa. Seus córregos estão poluídos e o lixo se amontoa pelos cantos.”- Projeto Picinguaba - Secretário do Meio Ambiente - Dr. Jorge Wilhelm.

Diante de grande tragédia que vinha sendo perpetrada ao meio ambiente de Picinguaba, deflagrada é bom que se diga, pelo próprio poder público, este resolve equacionar a problemática utilizando uma via totalmente autoritária, uma vez que o projeto foi idealizado e decidido em gabinetes, que não considerou o contexto o qual estavam inseridos há várias gerações, os caiçaras que na Vila de Picinguaba viviam. Os caiçaras que sofreram os maiores reflexos das decisões tomadas pelos tecnocratas de plantão que conceberam o PROJETO PICINGUABA, em nenhum momento foram consultados ou puderam em sessões públicas, expor suas opiniões com relação ao Projeto que tanto lhes mudaria o sistema de vida. O projeto foi implantado, impondo ao caiçara que residia no local, uma série de regras que lhes inviabilizou quase que totalmente o prosseguimento de suas vidas no bairro o qual os



mesmos habitam a mais de século, posto que proíbe atividades tradicionais como: plantação de milho, mandioca, banana, pesca artesanal, etc...

Em face desta situação caótica, já quando da implantação do projeto 50% dos nativos, não vendo mais nenhuma perspectiva de vida, se viram obrigados a entregar por um preço irrisório suas terras e partirem para o centro urbano, onde, por não se constituírem em mão de obra compatível com as ocupações urbanas, foram obrigados a se subempregar, tendo como reflexo, um padrão de vida extremamente precário e antagônico ao que outrora possuíam quando habitavam suas próprias terra.

Nesse sentido podemos perceber com relação ao projeto, um total desvirtuamento do que consta no documento que pretendia nortear o mesmo, e que, a título de ilustração citamos os seguintes fragmentos: “A chave do entendimento de atividades auto-sustentadas em meios frágeis começa com os residentes locais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do meio ambiente terrestre e das pessoas. Nós nunca aprenderemos sobre os sistemas de uso de terra, se os povos que os desenvolveram continuaram a ser destruídos ou privados de continuar sus meios de vida.” (I)

“A criação de parques nacionais incorrem em restrições aos direitos da população local, sem ações compensatórias por parte do governo.” (II)

“É irônico, portanto, que um dos primeiros passos no estabelecimento de um parque nacional, é livrar a região de sus zeladores originais.” (III)

“O incentivo á produção cultural, artesanal e o desenvolvimento deste extrato social, pode e deve ser contemplado pelo “Projeto Picinguaba”.

Para realizarmos nossa argumentação de que o Projeto Picinguaba vem ferindo sus próprios conceitos, úma vez que até o presente momento o projeto em questão não apresentou nenhuma alternativa quer de conotação econômica ou social, tendo ainda

como agravante a proliferação de um estado de autoritarismo exercido por alguns administradores despreparados para o cargo, que passaram pelo "Projeto Picinguaba" como comprovam os fatos que estão relatados em um depoimento prestado pelo morador da Vila de Picinguaba, Sr. Jonas Marcolino da Silva, no dia 28 de dezembro de 1988, na sala da Secretaria do Meio Ambiente, no prédio da Casa do Agricultor em Ubatuba, o qual reproduzimos alguns trechos:

- O depoente declara que dentro do espírito do Projeto Picinguaba que lhe fora informado pela arquiteta Adriana Matoso, se buscava uma integração dos moradores da área ao Próprio Projeto, que entretanto, divergências surgidas entre o engenheiro João Evangelista "puxou o tapete" da arquiteta Adriana Matoso sendo por essa razão que muitos detentores de terras preferiram a desapropriação de suas áreas, já que não podiam mais cultivá-las e nem tão pouco reformar casas ou executar novas construções e nem mesmo ampliar as áreas de cultivos; que aqueles que executavam plantios eram imediatamente obstados pelo engenheiro João Evangelista, como é o caso do Sr. Luiz do Careca, que plantara 200 pés de bananeira e que após seis meses do plantio, por determinação do engenheiro, foram todas as bananas arrancadas por intermédio do Sr. Flaminio, do Núcleo Picinguaba; que nessa ocasião também, o engenheiro João Evangelista proibiu a continuidade da construção de uma casa que estava com oito blocos; que numa ocasião em que fora decretado Calamidade Pública em Ubatuba, por motivo de fortes chuvas, o Sr. Ari dos Santos, posseiro de uma área teve sua posse invadida por pedra barro, que inclusive destruiu sua casa perdendo todos os seus pertences, que nessa ocasião, o Sr. Ari dos Santos recorreu ao DNER e conseguiu que uma máquina procedesse a limpeza de seu terreno, sendo que tal trabalho não fora realizado por que foi proibido pelo Sr. João Evangelista, tendo esta situação perdurado até hoje. Outro caso é do posseiro José Vieira que teve setecentos pés de banana arrancados por

determinação do engenheiro João Evangelista. Que o depoente declara que tem conhecimento de que o mesmo engenheiro persegue alguns posseiros e protege outros, como é o caso do Sr. Filinho que tem posse dentro do Parque Estadual e que além de caçar, também não tem problemas com as suas plantações. Que o Eng<sup>o</sup> João Evangelista, proíbe a pesca da “Tainha” no rio, entretanto, o depoente tem conhecimento de que foram vistas tainhas no tanque do próprio Núcleo peixes esses que teriam sido pescados pelo Sr. Filinho.

Os fatos expostos no depoimento do Sr. João Marcolino da Silva é um pequeno extrato das imensas dificuldades que vem colocando em risco a continuidade de vida na Vila de Picinguaba, de seus legítimos donos, os “caiçara”.

É frequente nos meios de comunicação, quer falada ou escrita, o alardeamento por parte dos responsáveis pelo “Projeto Picinguaba”, que através da instalação da “Casa da Farinha”, abriu uma perspectiva econômica aos nativos de Picinguaba, como por exemplo diz a matéria do “Jornal Vale Paraibano”, domingo, 13 de janeiro de 1991, “NÚCLEO PICINGUABA É O EXEMPLO DE PRESERVAÇÃO”, de Salim Burian, com fotos de Gilberto Marques, que enfatiza em um dos seus fragmentos o seguinte: “Por volta de 1985, os integrantes do Projeto Picinguaba decidiram recuperar a Casa da Farinha resgatando assim um bom histórico e proporcionando uma fonte alternativa de renda aos moradores do núcleo. “Essa afirmação feita pelos responsáveis pelo Projeto Picinguaba, que a Casa da Farinha é uma alternativa econômica ao “caiçara” da Vila de Picinguaba, é na melhor das hipóteses, um engano cometido por tais administradores, que se esquecem que eles mesmos proíbem os “caiçaras” de produzirem a matéria prima (mandioca), fundamental no fabrico da “Farinha de Mandioca”. A par disso, gostaríamos de registrar ainda que a pouca farinha de mandioca produzida pela “Casa da Farinha do Núcleo Picinguaba”, é fruto de matéria prima (mandioca) importada de outras pragas...

O que ocorre de verdadeiro com relação à “Casa da Farinha”, é que o Projeto Picinguaba empregou uns poucos caiçaras do Núcleo Picinguaba e adjacências, estes poucos caiçaras, que não é um número que justifique tal manifestação de ufanismo ao suposto sucesso da tal empreitada, á quem tocam empreendimento que só serve mesmo para impressionar alguns visitantes menos desavisados com relação ao que se propõe o Projeto Picinguaba...

Uma prova de que é impossível se gerir com sucesso a “Casa da Farinha” dentro do quadro vigente, é que mesmo no momento foi passado à gestão da “Associação Costa Norte”, que se debruça com uma enorme dificuldade em tocar o projeto “Casa da Farinha”, pois lhe falta matéria prima e não há possibilidades de produzir a mesma no local, proibidos que estão pelo “Projeto Picinguaba”.

Ainda na área do autoritarismo, temos a relatar o ocorrido com o Sr. Jonas Marcolino da Silva, que de certa forma foi multado em 1.000 BTN, por que este fazia um roçado em sua propriedade, pelo Eng<sup>o</sup> João Evangelista, que nenhuma providência tomou com relação ao Sr. Luiz Pina Neto, que na mesma época causou um enorme prejuízo ecológico à Ilha das Couves, quando da construção de uma estrada, onde teve que destruir muitas árvores e estourar enormes pedras, habitat natural de lagartos pertencente à fauna local, além ainda de construir um muro obstruindo a passagem para a praia (privatização da praia). Gostaríamos de ressaltar que o aludido Sr. Luiz Pina, não é morador de Picinguaba, nem tão pouco natural de Ubatuba. A constituição brasileira garante direitos iguais á todos os cidadãos brasileiros, mas este princípio não foi explicitamente cumprido no caso acima relatado, o que nos remete à seguinte indagação com relação as autoridades constituídas e responsáveis pelo Projeto Picinguaba: O que levou os administradores do Projeto Picinguaba a dispensar tratamento diferenciado entre o caiçara (que foi punido) e o forasteiro (não punido)?

OBS: Bem mais tarde quando a obra do Sr. Luiz Pina na Ilha das Couves já havia sido totalmente concluída, em virtude de um enorme bombardeio de protesto dos caiçaras de Picinguaba, com relação à atitude injusta dos administradores do Núcleo Picinguaba, o Sr. Pina, parece ter sido processado, em virtude das irregularidades cometidas. Para ainda melhor ilustrarmos nossa afirmação de que o Projeto Picinguaba está totalmente desvirtuado, citamos um fragmento da reportagem publicada pelo jornal "A Folha de São Paulo". Caderno "Cidades" que apresenta o seguinte título: "DIRETORES DO SEMA SÃO ACUSADOS DE FAZER CHURRASCADA COM CAÇA ILEGAL";

O presidente do Partido Verde (PV) de Ubatuba, Edmaur Gopfert, disse à Folha, que o Núcleo de Picinguaba é um quartel, o pessoal do Instituto Florestal menospreza a população e tem posição de polícia, de invasor. O Eng<sup>o</sup> Agrônomo Paulo Roberto Pires, Delegado do Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DPRN) em Ubatuba, declarou que o DPRN deixou de acompanhar o que acontece em Picinguaba a mais de um ano, pois houve desvio do Projeto Inicial - autor da matéria - Reinaldo Damásio.

Considerando que desde a implantação do Projeto Picinguaba, não houve com relação àquela comunidade nenhuma evolução no sentido de se apresentar uma alternativa que proporcionasse aos moradores locais, estabilidade, quer econômica, como social, pelo contrário, o Projeto Picinguaba vem impondo aos moradores imensas dificuldades, quer no sentido de ganharem o pão de cada dia, além lhes tolher a liberdade de dispor de suas legítimas propriedades, o que lhes causa um enorme sentimento de desânimo e falta de perspectiva para o futuro.

Considerando ainda que a Vila de Picinguaba já é cadastrada (os moradores pagam impostos predial e territorial) na Prefeitura local, é vontade quase que unânime dos moradores da Vila Picinguaba, que cesse o processo de tombamento, que tantos transtornos e infortúnios vem causando à toda comunidade local e

esta passa a ser de responsabilidade administrativa da Prefeitura Municipal de Ubatuba, proporcionando assim a oportunidade para os moradores locais retomarem o ritmo de vida normal (fazer suas lavouras, pesca artesanal e pequenos comércios) que em nenhum momento histórico da Vila de Picinguaba, gerou qualquer tipo de incompatibilidade ou danos à natureza, com a qual tiveram o melhor e respeitoso convívio.

Alertamos às autoridades responsáveis, de que se o bom senso não prevalecer e o contexto atual for mantido, em pouco tempo, nós, os caiçaras nascidos e criados na Praia de Picinguaba (juntamente com nossa cultura) sofreremos um processo de extinção, exatamente como as ocorridas com as comunidades indígenas que mesmo tuteladas pela FUNAI, ainda assim pereceram e perecem.

  
ANTÔNIO ERIFÂNIO  
VEREADOR